

10-B-79
04

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso C-PEM 2001.....

Partido TI.....

Solução do P-III-7 (Mo) - MONOGRAFIA.....

Apresentada Por

.....
PAULO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA

.....
CAPITÃO- DE-MAR-E-GUERRA (FN)

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

2001



10-B-79

Prezado Leitor

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.

Jo-B-79

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL



- A ÉTICA NA GUERRA DO SÉCULO XXI -

PAULO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN)

2001

MB-EGN
BIBLIOTECA
06/03/2002
N.º 5592

Silva, Paulo Roberto Ribeiro da, 1952-

A Ética na guerra do século XXI / Paulo Roberto Ribeiro da Silva. _ Rio de Janeiro: EGN, 2001.

viii, 48f.

Monografia: C-PEM, 2001

Bibliografia: f. B-1 - B-5

1. Ética. 2. Moral. 3. Avaliação moral. 4. Progressão moral. 5. Doutrinas éticas. 6. Teoria da guerra justa. 7. Terrorismo. 8. Deterrência. 9. Pacifismo. 10. Realismo político. 11. Século XXI. 12. Guerras contemporâneas. 13. Mídia. 14. Solidariedade. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

Tema : A Ética da guerra do século XXI

Título : A ÉTICA NA GUERRA DO SÉCULO XXI

Tópicos a Abordar: - O Homem e a Sociedade: Conflitos e Contradições.
- As Doutrinas Éticas Fundamentais.
- A Moral e a Religião.
- O Realismo Político e a Ética da Guerra.
- A Realização da Moral e a Mídia.
- A Deterrência e o Terrorismo: Condicionantes.
- A Guerra e o Pacifismo.
- O Século XXI: Velhos e Novos Desafios.

Proposição: Conceituar ética, moral, moralidade e valores morais, analisando suas inter-relações com a religião, política e a mídia. Descrever as mudanças históricas da moral e das diversas doutrinas éticas fundamentais, correlacionando-as com as mudanças histórico-sociais. Explicar como a moral efetivamente se desenvolve e se corporifica dentro da sociedade. Descrever os tipos de guerra e o pacifismo, identificando os seus diferentes matizes éticos. Apresentar as características éticas próprias de cada Era histórica, sob o ponto de vista das guerras. Descrever e avaliar, sob uma visão ética, a política da deterrência, o terrorismo e o realismo político. Comentar os principais fatos e conflitos do século XX e início do XXI, identificando os seus componentes éticos e possíveis cenários futuros. Finalmente, descrever a ética efetiva, que já começa a se conformar e prevalecer em nosso contexto contemporâneo, identificando os seus fundamentos, características e propostas práticas.

Número de palavras: 12.894

SUMÁRIO

PÁGINA

Introdução.....	
CAPÍTULO 1 - A ÉTICA: UM SISTEMA EM MUTAÇÃO.....	1
- SEÇÃO I - O HOMEM E A SOCIEDADE: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES.....	1
- SEÇÃO II - A FILOSOFIA MORAL E A MORALIDADE.....	2
- SEÇÃO III - A AVALIAÇÃO MORAL.....	5
- SEÇÃO IV - A MORAL E A HISTÓRIA.....	6
- SEÇÃO V - O PROGRESSO MORAL.....	7
- SEÇÃO VI - AS DOCTRINAS ÉTICAS FUNDAMENTAIS.....	8
CAPÍTULO 2 - A MORAL EM AÇÃO: A "PRÁXIS" DA MORALIDADE.....	11
- SEÇÃO I - A MORAL E A RELIGIÃO.....	11
- SEÇÃO II - A MORAL E A POLÍTICA.....	14
- SEÇÃO III - A REALIZAÇÃO DA MORAL E A MÍDIA.....	17
CAPÍTULO 3 - A ÉTICA E AS GUERRAS.....	19
- SEÇÃO I - AS GUERRAS E AS ERAS HISTÓRICAS.....	19
- SEÇÃO II - AS GUERRAS E SEUS MATIZES ÉTICOS.....	22
- SEÇÃO III - GUERRA JUSTA E INJUSTA.....	24
- SEÇÃO IV - A ÉTICA E O TERRORISMO.....	25
- SEÇÃO V - A ÉTICA E A DETERRÊNCIA.....	29
- SEÇÃO VI - A ÉTICA E O PACIFISMO.....	33
CAPÍTULO 4 - O SÉCULO XXI: VELHOS E NOVOS DESAFIOS.....	35
- SEÇÃO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	35
- SEÇÃO II - AS GUERRAS CONTEMPORÂNEAS.....	36
- SEÇÃO III - OS "DONOS" DO MUNDO.....	38
- SEÇÃO IV - A REVOLUÇÃO DA MÍDIA.....	39
- SEÇÃO V - A SOLIDARIEDADE GLOBAL.....	41
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES.....	44
ANEXO A - TEORIA DA GUERRA JUSTA.....	A-1
ANEXO B - BIBLIOGRAFIA.....	B-1

INTRODUÇÃO

“As misérias produzidas pelas guerras respaldam o ponto de vista de que elas nunca solucionam nada. Seria bom se isto fosse verdade! Entretanto, as guerras têm derrubado ditadores e liberado povos oprimidos. Elas têm sido lutadas e vencidas, também, para proteger a vida e os valores mais caros, despertando neste processo as mais fundamentais questões éticas”.

(Lawrence Freedman in “War”)

“Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança(...)E criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou, macho e fêmea os criou”¹ (58:33). Tendo por base esta imagem, o homem e a mulher podiam comunicar-se e ter comunhão com Deus. Eles fariam isso conhecendo-o e obedecendo-o, pois, estando naquela oportunidade, ainda, isentos do pecado, tinham sabedoria e o poder de decisão para fazer o que era certo. Viviam, portanto, em comunhão pessoal com Deus, o que abrangia *obediência moral*. Com o advento do pecado, a semelhança moral do Homem com o criador foi desvirtuada, fazendo com que ele se imaginasse, até certo ponto, independente de Deus, começando, então, a fazer o seu próprio **juízo** entre o *bem e o mal* (58:33).

Dessa forma, antes mesmo da psicologia e filosofia buscarem o significado do ser humano, as religiões já o faziam à luz de sua criação, no que obtiveram sucesso,

¹ Bíblia Sagrada – Livro de Gênesis 1:26-27.

principalmente para aqueles que têm na fé o seu bastião e nexos entre a vida terrena e o porvir.

É importante notar que mesmo após milênios de evolução das civilizações, ficam cada vez menos claras as perguntas fundamentais sobre *quem somos, por que existimos, como fomos criados e qual será o nosso destino?* Albert Camus confessou há décadas, e o Psicólogo Viktor Frankl o fez mais recentemente, que a busca do sentido da vida é o interesse básico, todas as outras questões eles julgam secundárias.

As religiões e filosofias são unânimes em identificar no Homem uma dualidade de tendências. Na mesma pessoa convivem tentações para o *mal* e aspirações para o *bem*, cuja explicação, a despeito de sua complexidade e lógica, ainda não recebeu significativa aceitação, haja vista, principalmente, os diversos matizes filosóficos e religiosos envolvidos.

Em síntese, a verdade é que, a despeito dos inúmeros “iluminados” surgidos ao longo dos tempos desde a antiga Grécia, a humanidade continua a fazer, sem obter respostas por meio da razão, as mesmas perguntas que fizeram os seus antepassados.

O que é que o Homem deve fazer de si próprio e do seu mundo? Não somos senhores completos de nós mesmos e dos nossos atos, embora a crença na liberdade seja uma das mais arraigadas em nós. *O problema da ação e a questão dos valores encontram-se indissoluvelmente ligados.* Agir pressupõe sempre uma opção, uma tomada de posição, uma valorização, implícita ou explícita. Sartre com brilhantismo dizia que “o Homem é o responsável por si e pelos outros; ao escolher-se a si próprio escolhe os outros”.

Jankélévich², por sua vez, afirmava e um olhar sobre a história da humanidade nos pode revelar, o sentido moral está virtualmente presente em todos os humanos, mesmo

² Filósofo nascido na Bósnia-Herzegovina (1903-1986).

que pareça estar em letargia; a consciência moral, mesmo quando perseguida pelo imoralismo, mas não “niilizada”,³ conhecendo todas as espécies de contrariedades e de álibis, todavia, se regenera até o infinito.

Kant identificava, entretanto, a liberdade à autonomia da vontade, porém, caso a liberdade se resumisse apenas em permitir ao Homem obedecer à sua própria lei, à lei da sua razão, Sartre estaria certo ao afirmar que “o Homem está condenado a ser livre”.

Nietzsche propõe, entretanto, um conceito de liberdade que exalta a diferença, uma liberdade a ser conquistada e que se caracteriza pela aquisição de um espaço próprio, de uma diferença em relação aos outros e do poder de manter essa diferença. A dimensão ética do Homem lhe é dada por “habitar” um universo simultaneamente individual, familiar e sócio-cultural, um universo onde proliferam uma multiplicidade de normas, valores e deveres, que fazem com que os humanos sejam possuídos por “um triplo princípio de ação, um triplo dever-fazer ou **ethos**” (36:2-3).

Muitos dos problemas do mundo relacionam-se com a ação do Homem e tem uma tônica comum: não são problemas que se possam resolver de forma objetiva, como quem resolve um problema de ciências exatas; são questões de ordem ética e prendem-se não com aquilo que o Homem *faz*, mas com o que *deve fazer*, não com aquilo que o Homem *é*, mas sim com o que ele *deve ser*. O seu pressuposto fundamental é o de que o Homem é livre e responsável, liberdade que lhe confere a prerrogativa de poder decidir acerca do seu destino.

Com o propósito de aportar um pouco de “luz” a um tema de tamanha complexidade, este trabalho inicia abordando os conflitos e contradições vivenciadas pelo Homem em sua irrecusável vida em sociedade. Em seguida, estabelece uma série de conceitos como nivelamento de conhecimentos e preparação para uma volta no

³ Transformada em nada, conforme professado pelo sistema niilista, cuja única crença é a descrença absoluta.

tempo, onde será conhecida a evolução histórica da moral e das doutrinas éticas fundamentais, oportunidade em que será verificado se de fato ocorre, ou não, uma progressão moral na humanidade.

A seguir, serão estudadas as influências e inter-relações entre moral e religião; moral e a mídia; e moral e política, destacando a dicotomia existente entre o Realismo Político e o Moralismo Abstrato.

Na etapa seguinte, será analisada a Teoria da Guerra Justa e descritas as guerras nas diversas Eras históricas, enfatizando os aspectos morais e éticos que as individualizam. Continuando, iniciar-se-á o estudo do Terrorismo, do Pacifismo e da Política da Deterrência, buscando definir suas legitimidade.

Prosseguindo, será apresentado o contexto atual de transição de milênio, onde será identificada a nova estrutura de poder vigente e sua influência no processo de globalização, democratização e de expansão da solidariedade mundial. Em continuação, serão descritas as guerras contemporâneas e os seus diferentes matizes éticos.

Finalmente, chegar-se-á às conclusões, oportunidade em que serão sintetizados os ensinamentos que nos remeterão a identificar de forma clara os fundamentos, características e propostas práticas da *Ética na Guerra do Século XXI*.

CAPÍTULO 1

A ÉTICA: UM SISTEMA EM MUTAÇÃO

SEÇÃO I - O HOMEM E A SOCIEDADE: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

O Homem nasceu para viver em sociedade. Isto é um fato! Porém, não uma sociedade estereotipada, instintiva; mas uma dinâmica e flexível subordinada à inteligência. Para alcançar tão preciosa meta, ele necessita dos demais para construir o ambiente propício, no qual busca o bem comum, onde alcançará a plenitude, causa essencial da felicidade. Nasce neste momento, então, uma força de sentido constante que assegura a coesão do grupo, inclinando a um mesmo sentido todas as vontades individuais. Assim surge a *obrigação moral*.

A convivência humana, todavia, impõe a necessidade do comando, da liderança, pois com exceção dos agrupamentos animais, em que o instinto cria regras permanentes e imutáveis, a sociedade humana é um conglomerado de interesses, paixões e luta pela sobrevivência. Thomas Hobbes já afirmava que o fator essencial é a autopreservação, ou seja, a sobrevivência.

A sociedade, enfim, é a consequência necessária da sobrevivência e da felicidade humana, enquanto, o exercício do poder é o efeito aglutinador dos Homens que o desejam mais para exercê-lo do que para servir aos demais. E todos os conflitos foram decorrência dessas ambições políticas. Max Weber já distinguia entre os políticos que vivem *para a política* e os que vivem *da política*, assinalando que nestes últimos a ambição política deixa de valer por si mesma e se rebaixa ao nível de um valor instrumental a serviço do interesse próprio.

Todas essas contradições entre indivíduos, sociedade e governo não tiveram, na evolução dos tempos, nenhuma modificação marcante, a ponto de Aristóteles dividir os

governos não em função de suas formas, mas no caráter dos governantes, ao enumerar as três formas *boas*: monarquia, aristocracia e democracia; e as três formas *más*: tirania, oligarquia e demagogia. Montesquieu, por sua vez, idealizou a divisão de poderes, dizendo que “é necessário que o poder controle o poder, porque o Homem não é confiável quando nele está”, ratificando, assim, que Hobbes segue vigindo ao afirmar que “o Homem é o lobo do Homem”.

A luta pelo poder e a guerra foram sempre os componentes que marcaram a passagem do Homem sobre a terra. Os animais lutam, mas não fazem guerra. O Homem é o único animal que planeja o extermínio dentro da própria espécie e o executa entusiasticamente e em grandes dimensões. As mais antigas tradições da humanidade, seus mitos e lendas heróicas, falam, sobretudo, da morte e do ato de matar.

SEÇÃO II – A FILOSOFIA MORAL E A MORALIDADE

A batalha pelo ser humano, nesta era contemporânea, dar-se-á no campo da ética, porque é o único local onde as forças pró ser humano podem travá-la. A globalização já decidiu o rumo da vida humana nos campos econômico e social, a sociedade já está estruturada de modo irreversível, independente das forças que assumam o poder nas nações, pois, o que está em curso é supranacional. Resta, portanto, o campo da ética, a proscrita de grande parte do século XX (48:1).

Inúmeros artigos, ensaios e comentários a respeito de ética têm ocupado atualmente significativa parcela da mídia. Hoje ocorre realmente uma “explosão” no volume de literatura a respeito de ética, o que denota um acentuado aumento do engajamento popular neste “affair”, estabelecendo, assim, um maior nível de “cobranças” nas ações empreendidas pelas lideranças e sociedade em geral.

Essa popularização do problema ético exigiu uma “roupagem” eminentemente prática, permitindo que este enorme contingente interessado tivesse acesso ao conhecimento de uma forma pragmática e objetiva. Esta praticidade, entretanto, somente poderá ser ampliada, caso sejam tornados conceitualmente claros os problemas, e isto demandará uma consistente discussão teórica a respeito de temas abstratos, que, aparentemente, têm pouca vinculação com a prática cotidiana.

“Os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade e isto os distingue dos problemas morais da vida cotidiana, que são os que se nos apresentam nas situações concretas. Mas desde que a solução dada aos primeiros influi na moral vivida, a ética pode contribuir para fundamentar ou justificar certa forma de comportamento moral” (62:19-20).

Devido ao seu caráter prático, enquanto disciplina teórica, tentou-se ver na ética uma disciplina normativa, cuja função fundamental seria a de indicar o melhor comportamento do ponto de vista moral, o que não é verdade, haja vista que o seu empreendimento principal é o mesmo de toda teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes.

No entender de Sánchez Vásquez¹, a ética é teoria, enquanto investiga e explica a experiência humana ou forma de comportamento dos Homens, o da moral, considerado, porém, em toda a sua diversidade e variedade.

“como qualquer teoria, a ética é explicação daquilo que foi ou é, e não uma simples descrição. Não lhe cabe formular juízos de valor sobre a prática moral de outras sociedades, ou de outras épocas, em nome de uma moral absoluta e universal, mas deve, antes, explicar a razão de ser desta pluralidade e das mudanças de moral; isto é, deve esclarecer o fato de os Homens terem recorrido à práticas morais diferentes e até opostas”(62:21).

Enfatizando, Sánchez Vásquez sublinha que a ética e moral são distintas, porém,

¹ Professor titular da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México.

interdependentes, pois como teoria não se identifica nem se afasta de nenhuma moral em particular. Juntamente com a explicação das suas diferenças, deve investigar o princípio que permita compreendê-las no seu movimento e desenvolvimento (62:22).

A ética como é entendida atualmente por grande parte dos estudiosos advém da palavra grega **ethos** – significando a morada do Homem, ou seja, não é algo pronto, porém, é a busca de construir um abrigo permanente onde o ser humano se realize plenamente. Aprofundando, ainda, mais esta conceituação, verifica-se que a palavra ética possui duas origens possíveis: a primeira é a palavra grega **ethos**, com *e* curto, que pode ser traduzida por costume; a segunda também se escreve **ethos**, porém, com *e* longo, que significa propriedade do caráter. A primeira é a que serviu de base para a tradução latina *Moral*, enquanto que a segunda é a que, de alguma forma, orienta a utilização atual que é dada a palavra *Ética*.

A ética é, portanto, um ramo da Filosofia; é a *Filosofia Moral*, ou pensamento filosófico acerca da *moralidade*, dos problemas morais e dos juízos morais. Com o propósito de complementar a conceituação de ética, o Professor William K. Frankena entende que:

“a *moralidade* surge como um conjunto de objetivos culturalmente definidos e como um conjunto de regras a governar a consecução de tais objetivos, que permanecem mais ou menos exteriores ao indivíduo e que a ele se impõem ou nele se inculcam como hábitos. A moralidade, assim, é uma instituição social, mas instituição que induz seus membros à auto-orientação ou autodeterminação racional” (26:21).

Em síntese, deve-se entender a ética como tendo por propósito facilitar a realização das pessoas (indivíduos, racionais e livres). Permitir que o Ser humano chegue a realizar-se a si mesmo como tal, isto é, como pessoas. A ética se ocupa e pretende, portanto, a perfeição do ser humano (32:1).

SEÇÃO III – A AVALIAÇÃO MORAL

Uma avaliação é um ato de atribuir valor a uma ação, ou produto humano, por um sujeito humano, isso implica necessariamente que se levem em conta as condições concretas nas quais se avalia e o caráter concreto dos elementos que intervêm na avaliação.

É importante lembrar que nem todos os atos humanos estão sujeitos a uma avaliação moral, mas somente aqueles que, por seus resultados e conseqüências, afetam a outros indivíduos, a um grupo social ou à sociedade inteira. Já que estes atos morais se dão em um dado ambiente social, o objeto desta avaliação inscreve-se mandatoriamente num contexto histórico-social, no seio do qual ganha sentido atribuir-lhes um determinado valor. *O que é o bem ou o mal?*

As idéias de bem e de mal mudam historicamente de acordo com as diferentes funções da moral efetiva de cada época, e essas mudanças se refletem sob a forma de novos conceitos nas doutrinas éticas. Levando em conta a aspiração comum dos Homens de alcançarem o bem, por considerá-lo o valor fundamental, embora, sempre de acordo com as suas aspirações concretas em cada época e em cada sociedade, as principais respostas sobre a questão da natureza do bem são as que o definem como felicidade, prazer, boa vontade ou utilidade, verdade, poder, riqueza, Deus, etc.

Os *hedonistas* e os *eudemonistas* consideram que os Homens estão dotados de uma natureza universal e imutável, procurando o prazer e a felicidade, respectivamente, e nestes requisitos fazem consistir o bem. *O formalismo kantiano* apela para um Homem ideal, abstrato, situado fora da história, cuja boa vontade absoluta e incondicionada seria o único verdadeiro bem.

Os *utilitaristas*, por sua vez, põem o bem em relação com o interesse dos Homens e, ao mesmo tempo, procuram encontrá-lo em certa relação entre o particular e o geral;

com isto observam que o bem acarreta a necessidade de superar os interesses limitados e egoístas do indivíduo e de tomar em consideração o interesse dos demais.

Os utilitaristas não se atêm apenas em um determinado conteúdo do bem, único para todas as sociedades e todos os tempos. Este conteúdo varia historicamente; certamente pode ser a felicidade, a criação e o trabalho, a luta pela emancipação nacional ou social, etc. Mas o fundamental é que este conteúdo concreto só é moralmente positivo se inserido numa apropriada relação do indivíduo e da comunidade.

“Em nossa época, o bem só pode ocorrer realmente na superação da cisão entre o indivíduo e a comunidade, ou na harmonização dos interesses pessoais com os verdadeiramente comuns ou universais. Situado o bem nesta esfera, podemos falar de diversos graus de adequação do individual e do geral, bem como da realização do bem à medida que se supera o individualismo egoísta” (62:174).

SEÇÃO IV – A MORAL E A HISTÓRIA

O entendimento da moral como um conjunto de normas, regras, princípios e valores destinados a regular as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes e a comunidade social, aponta de uma forma evidente que o seu significado, função e validade não podem deixar de variar historicamente nas diferentes sociedades. Esta historicidade da moral se dá exatamente porque o Homem, elemento central da moralidade, é um Ser político e, portanto, histórico.

“Assim como umas sociedades sucedem a outras, também as morais concretas, efetivas, se sucedem e substituem umas às outras. Por isso, pode-se falar da moral da Antiguidade, da moral Feudal própria da Idade Média, da moral Burguesa na sociedade moderna, etc. Portanto, a moral é um fato histórico e, por conseguinte, a ética, como ciência da moral, não pode concebê-la como dada de uma vez para sempre, mas tem de considerá-la como um aspecto da realidade humana mutável com o tempo” (62:37).

A constatação da mutabilidade histórica da moral suscita algumas questões: Quais são as causas que determinam estas mudanças? e qual é o seu sentido ou direção? A resposta à primeira pergunta exigirá um estudo da moral desde os seus primórdios, onde se pretende encontrar a verdadeira correlação entre mudança histórico-social e mudança moral. A resposta a esta primeira pergunta permitirá enfrentar a segunda, isto é, a do sentido ou direção da mudança moral, ou, em outras palavras, o problema de se existe ou não, através da mudança histórica das morais concretas, um progresso moral (62:39).

SEÇÃO V – O PROGRESSO MORAL

Existe de fato um progresso moral? Os diferentes sistemas morais que se sucederam ao longo da história, acompanhando a evolução das sociedades, denotam uma progressão dos princípios, normas, valores e concepções daquilo que se entende por bem ou mal; obrigatório ou não-obrigatório; e certo ou errado?

Qualquer que seja a posição adotada, o certo é que o progresso moral não se pode dissociar da passagem de uma sociedade para outra, ou seja, da dinâmica histórica pela qual se evolui de um sistema econômico-social já desgastado e exaurido de poder de transformação, para um outro repleto de potencialidades de mudança. A moral vivida em uma sociedade, incontestavelmente, muda com a evolução histórica de acordo com as reviravoltas fundamentais que se verificam no desenvolvimento social.

Como o julgamento moral pressupõe atos realizado livre e conscientemente, e como o progresso histórico-social não é uma ação planejada dos Homens, não se pode transformá-lo em objeto de uma aprovação ou de uma reprovação moral, isto é, fica-se impossibilitado de compará-lo e avaliá-lo como sendo, ou não, uma ascensão moral. O que realmente acontece é que o progresso histórico-social cria as condições necessárias

para o progresso moral e de uma ou de outra maneira - positiva ou negativa – afeta as pessoas de uma sociedade sob o ponto de vista moral (62:56-57).

O fato é que, a par da impossibilidade de verificação da variação direta entre progressão moral e progressão histórico-social, constata-se que historicamente pode ocorrer um progresso moral, pois o estabelecimento de novos níveis de desenvolvimento das forças produtivas; novos tipos de organização social e de “práxis” social; e a reestruturação da produção de bens culturais, que são critérios de avaliação do progresso humano e social, vêm ocorrendo ao longo da história, permitindo que aconteça a ampliação da esfera moral na vida social; a elevação do caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais; e o aumento do grau de articulação e de coordenação dos interesses coletivos e pessoais.

Resumindo, Sánchez Vásquez assevera que “o progresso moral, como movimento ascensional no terreno moral, manifesta-se também como um processo dialético de negação e de conservação de elementos morais anteriores” (62:59-60).

SEÇÃO VI – AS DOUTRINAS ÉTICAS FUNDAMENTAIS

Os princípios, valores e normas de um sistema moral não são imutáveis, *mudando abruptamente* a vida política-social-econômica de uma determinada sociedade, inevitavelmente ocorrerá um processo de crise desta estrutura moral vigente, fazendo com que ela seja, então, questionada e até mesmo substituída por outras. Nesta oportunidade, surge a necessidade de novas reflexões ou de uma nova teoria moral, arcabouço no qual se cria a condição para o surgimento e substituição de doutrinas éticas (62:267).

Ao longo da história, com a conseqüente evolução social e política da humanidade, foram vivenciadas inúmeras doutrinas éticas, cada qual, dentro do seu

contexto temporal, buscava explicar, orientar e justificar os comportamentos individuais e coletivos de uma determinada época.

A filosofia grega e a sua ética, em particular, representam um marco, onde o brilho das idéias da genial tríade - Sócrates, Platão e Aristóteles, ressaltaram uma preocupação com os problemas do Homem, e, sobretudo, com os seus problemas políticos e morais. Esta **ética grega**, entretanto, está relacionada com uma comunidade democrática, limitada e local – a Cidade-Estado, o que a cerceia impedindo a sua universalização. Outra característica que a estigmatiza, tendo em vista um julgamento contemporâneo descontextualizado, é o fato de justificar a escravidão e julgar os escravos como indivíduos desprovidos de virtudes morais e de direitos cívicos.

Com a ruína do mundo antigo, são criadas as condições para o estabelecimento de uma **ética cristã medieval**, “ambientalizada” em um regime onde a escravidão é substituída pela servidão, e no qual se organiza a sociedade medieval com suas dependências e vassalagens, conferindo-lhe um aspecto estratificado e profundamente hierarquizado. Nesta sociedade, fortemente marcada por uma fragmentação econômica e política, a religião assegura uma relativa unidade social, pela sua ascendência sobre a política e pelo exercício pleno do poder espiritual, monopolizando a vida intelectual. O sistema moral vigente é, portanto, erigido sobre essa base teológica, tendo Deus como elemento central e criador da moral.

A aplicação efetiva desta mensagem cristã é, entretanto, questionada por não condenar ostensivamente as desigualdades, chegando até mesmo a justificá-las, transferindo a sua aplicação para um mundo ideal, o “Reino de Deus”. Apesar das dificuldades, esta ética cristã, de forte conteúdo moral, plantou com pioneirismo a idéia da igualdade, fé, esperança e caridade em um mundo real, repleto de pessoas oprimidas e exploradas.

Em contraste com a ética teocêntrica da Idade Média surge, no período do século XVI até o começo do XIX, uma ética dominante com característica antropocêntrica, cujo apogeu se dá com Kant. Esta **ética kantiana** entende a moral como um objeto e o Homem – a consciência moral – como elemento central e criador, dando a si mesmo a sua própria lei. O Homem age, sustenta Kant, por puro respeito ao dever e não obedece a outra lei senão a que lhe dita a sua consciência moral, por isto, ele é um fim em si mesmo. O formalismo e o racionalismo abstrato de Kant, entretanto, cria um Homem irreal e universal dotado de atributos e predicados sobre-humanos, que dispensa Deus como revelador do certo e errado.

Como reação ética contra o formalismo kantiano, surge uma **ética contemporânea** em favor do Homem real, social e, muitas vezes, irracional. Inicia-se, assim, a busca da fundamentação de uma ética identificada com os problemas concretos da humanidade, situada numa ambiência social atual, caracterizada por contínuos progressos tecno-científicos e de um desenvolvimento das forças produtivas, jamais visto, que questionam a própria existência da humanidade, haja vista a ameaça que o seu potencial destruidor detém (62:284-285).

O epílogo da Guerra Fria e seu ponto de inflexão histórico sem precedentes ensejaram alterações substanciais mundialmente em todas as esferas de poder. Este fato não gerou uma nova teoria ética, entretanto, obrigou a ética contemporânea vigente a se adaptar às novas especificidades deste cenário, a fim de interpretá-lo.

CAPÍTULO 2

A MORAL EM AÇÃO: A “PRÁXIS” DA MORALIDADE

SEÇÃO I – A MORAL E A RELIGIÃO

Antes de se aprofundar nas relações entre moral e religião é fundamental que se estabeleça o escopo no qual está inserido o estudo da ética, a fim de permitir uma nítida visualização do ponto focal no qual a religião se detém.

Basicamente, há duas abordagens à ética: uma se centraliza nas *regras*, e a outra nos resultados. A primeira, a *ética dos deveres*, é chamada *deontológica*; a segunda, a *ética das finalidades*, é a *teleológica*. Estes dois aspectos não são mutuamente exclusivos, pois uma ética compreensiva incluirá a ambos.

As regras não são determinadas pelos resultados, mas a pessoa deve ter os resultados em vista quando as decisões são tomadas. Na realidade, uma das regras de uma ética do dever (deontológica) é procurar aumentar ao máximo o bem, ou levar a efeito o maior bem. O cristão deve ocupar-se com os dois aspectos: caso se guardem as regras dadas por Deus como deveres, então Deus levará a efeito o máximo bem a longo prazo; e a curto prazo, sempre que se puder produzir um bem maior sem violar uma norma ética, deve-se agir neste sentido.

As relações entre moral e religião ocorrem na medida em que ela:

- inclui certa forma de regulamentação das relações entre os Homens, ou seja, certa moral. No cristianismo os mandamentos de Deus são, também, preceitos ou imperativos morais; e

- apresenta-se como garantia do fundamento absoluto (Deus) dos valores morais, assim como da sua realização no mundo. Sem religião, portanto, não há moral.

O Romancista russo Dostoievsky expressa condensadamente esta posição: “Se Deus está morto, até o absurdo se justifica” (65:68).

O Escritor e Teólogo Ravi Zacharias expõe de modo objetivo o pensar religioso a respeito da ética, quando afirma que a crença em Deus fornece o único fundamento ideológico para a ética humana. A ética sem Deus, portanto, não se relaciona com o sistema maior, deixa Deus fora do processo, e o Homem sente-se o centro do universo.

Nos primeiros séculos da era cristã iniciou-se uma intensa relação dialética entre racionalidade e revelação, entre inteligência e fé, provocando o duplo movimento genialmente descrito por Santo Agostinho²: o movimento da “fides quaerens intellectum” e o movimento do “intellectus quaerens fidem”. Segundo atesta categoricamente o Sacerdote e Professor Fernando Bastos de Ávila, a origem da crise de nossa civilização ocidental cristã está na ruptura do duplo movimento agostiniano: a fé dispensa a busca da racionalidade; enquanto a inteligência, dissociada da fé, se lança no desconhecido, crendo no Homem limitado como medida de todas as coisas. Este salto no escuro, de costas para a luz da fé, o levou na direção da sombra dele mesmo, provocando um grave acidente de percurso, ou seja, uma civilização caracterizada pela busca da racionalidade que se defronta com as mais trágicas irracionalidades da história humana (3:55-56).

O Teólogo Leonardo Boff enfaticamente estatui que é pela religião que os povos concretamente encontram o meio para fazer valer e garantir o caráter universal e incondicional de um consenso mínimo de uma ética mundial. Segundo ele, “uma sociedade mundial única necessita de um único *ethos* básico, caso contrário, não se garante o futuro comum” (6:82).

² Nasceu no ano de 354 e faleceu em 430, dominando de forma indelével a vida intelectual e religiosa do ocidente, através da sua vasta e abençoada produção literária.

Proseguindo, Boff destaca, ainda, a contribuição do Teólogo Hans Küng a respeito da ética mundial, sublinhando suas palavras, onde enfatiza que:

“não haverá nenhuma ordem mundial sem um *ethos* mundial, sem uma paz entre os povos; e não haverá paz entre os povos se não houver paz entre as religiões; e não haverá paz entre as religiões se não houver diálogo entre elas. Estabelecido esse diálogo, pode-se criar a paz religiosa, base para a paz política” (6:77-78).

A religião por meio da sua subjetividade funda a incondicionalidade e a obrigatoriedade das normas éticas muito melhor que a racionalidade arrogante e pobre de convencimento. Boff afirma que “só o incondicional pode obrigar incondicionalmente”. E aprofundando, diz que: “Em qualquer análise da realidade, prescindir da dimensão religiosa é prejudicar a análise, é encurtar a realidade, é minar o fundamento de uma atitude ética universal” (6:80).

Mesmo os políticos, normalmente comprometidos com a face fria e insensível do realismo político, começam a perceber a importância da religião como fator central para as políticas globais. Para surpresa e orgulho de todos que estão envolvidos e sensibilizados com a necessidade do estabelecimento de um *ethos* mundial, o Cientista Político S. Huntington escreveu:

“No mundo moderno, é a religião uma força central, talvez a força central que motiva e mobiliza as pessoas(...) O que finalmente conta para elas não é a ideologia política ou o interesse econômico. Convicções religiosas e família, sangue e doutrina são as realidades com as quais as pessoas se identificam e em função das quais lutam e morrem” (6:81).

O cerne desta ética universal é, deste modo, humildade e humanidade, ou seja, a obrigação de se tratar humanamente a todos, independente da origem, credo religioso e

classe social ou econômica. A Bíblia claramente nos instrui que: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles³”.

SEÇÃO II – A MORAL E A POLÍTICA

Platão aborda a questão ética e do comportamento moral dos Homens a partir de um singular ponto de vista: as comunidades humanas, desde as menores e mais primitivas, até as maiores e mais sofisticadas, guiam-se não só por um código de conduta, mas por dois: um “para dentro” e outro “para fora”, um que vale para o interior da comunidade e outro que vale para as relações desta comunidade (ou de seus representantes) com o mundo exterior. Estes dois códigos são não só diferentes, mas, freqüentemente contraditórios em seus preceitos e conteúdo moral (46:75).

No universo platônico, o sistema de normas “para fora” era destinado aos “*guardiões*”, ou seja, era o código dos governantes, daqueles que se responsabilizavam pela coisa pública e deviam não só governar a cidade, mas defendê-la e tratar com aliados ou inimigos. Resumidamente este código considerava lícito e legítimo enganar o adversário ou inimigo e elogiava o lazer e as exhibições de destreza e força. O código “para dentro”, por outro lado, era o da sociedade civil, chamado código “*do comércio*” e mandava evitar a força e a fraude, e premiava o trabalho produtivo, a poupança e o investimento. Os dois sistemas deviam, advertia o filósofo, trabalhar lado a lado, mas sem se misturarem ou confundirem. Esta duplicidade dos códigos éticos marcou a história humana desde as suas origens até os dias atuais (46:76).

Sánchez Vásquez de uma maneira objetiva afirma que enquanto a moral regulamenta as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes e a comunidade, a política abrange as relações entre grupos humanos. Na política, o indivíduo encarna uma

³ Livro de Mateus 7:12.

função coletiva e a sua atuação diz respeito a um interesse comum. Na moral, pelo contrário, ainda que o coletivo sempre esteja presente, porque o indivíduo nunca deixa de ser um Ser social, o elemento íntimo, pessoal, desempenha um papel importante; de fato, nas suas relações morais com os demais, o indivíduo age como tal, isto é, tomando decisões pessoais, interiorizando as normas gerais e assumindo uma responsabilidade pessoal (62:92-93).

Política e moral são formas de comportamento que não podem identificar-se. Nem a política pode absorver a moral, nem esta pode ser reduzida à política. Daí decorre a necessidade de que ambas as formas de comportamento humano mantenham uma relação mútua, mas conservando, ao mesmo tempo, suas características específicas, isto é, sem que uma absorva a outra ou a exclua por completo. Neste ponto verifica-se claramente o ponto de toque entre o pensamento platônico e a linha filosófica de Sánchez.

A evolução deste raciocínio nos conduz às duas posições extremas nas relações entre a política e a moral: O Moralismo Abstrato e o Realismo Político. *O Moralismo Abstrato* julga os atos políticos com um critério moralizante, aprovando, conseqüentemente, somente aqueles que possam ser realizados por meios “puros”, que não perturbem a consciência moral ou satisfaçam plenamente as boas intenções ou as exigências morais do indivíduo. Isto reduz a política à moral, levando à impotência política na ação ou a renúncia à política para refugiar-se na esfera pura e privada da moral (62:94-95).

O Realismo Político, por sua vez, faz da política uma esfera específica, autônoma, evitando limitá-la aos bons desejos ou intenções do político. Essa política realista procura excluir a moral de suas ações, julgando que a sua área de atuação é a vida privada. Essa dissociação entre o política e a moral nas relações internacionais conduz

ao jogo de interesses, ao egoísmo estatal e à justificação dos fins pelos meios, ou seja, a todas as mazelas daí decorrentes: mentira, agressão, descompromisso com direitos humanos, etc (62:95).

Abstraindo-se da dicotomia entre o privado e o público, a moral e a política estão inegavelmente numa relação mútua. O Homem não pode renunciar nem à moral, nem à política, porque ambas respondem igualmente a uma necessidade social. Em uma sociedade superior, suas relações devem caracterizar-se por uma concordância, o **Moralismo Político**, sem que com isto haja abdicação de suas esferas específicas de atuação.

Dos diversos regimes políticos, a Democracia se caracteriza por ser um dos que mais valoriza os direitos individuais e, portanto, está estritamente comprometida com uma componente ética inegável - o uso responsável da liberdade. Em uma Democracia, as relações são fundadas na consciência dos próprios deveres e direitos, permitindo uma convivência civilizada. A autoridade moral e jurídica tem a primazia sobre a autoridade da força. O Estado pode tudo aquilo e só aquilo que é exigido pela promoção do bem comum.

Uma sociedade contemporânea amadurecida deve permitir que o Homem comum continue a demonstrar a sacralidade da sua própria identidade contra o Estado autoritário; é essencial, também, que ela possua a capacidade de convencimento dos seus cidadãos bem mais valorizada que a simples e brutal imposição autoritária de decisões, privilegiando, assim, a discussão racional dos problemas de uma maneira ampla com todos os segmentos envolvidos, o que possivelmente facilitará o estabelecimento de um consenso ético.

SEÇÃO III – A REALIZAÇÃO DA MORAL E A MÍDIA

Toda moral deve concretizar-se em atos práticos, nos quais os princípios, valores ou normas ganham vida. Existe, portanto, na moral uma exigência de realização que se deduz de sua particular função social. A realização da moral não é um empreendimento meramente individual, porque o indivíduo é, por sua natureza, um Ser social, e a moral serve a necessidades e interesses sociais e cumpre uma função social; isto é, o processo de moralização do indivíduo recebe, também, influências, de forma diversa, das organizações e instituições sociais.

Dentre as inúmeras influências condicionantes da formação moral individual e coletiva situa-se, principalmente em nossos dias, os meios de comunicação de massa.

“Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sobre o crime, a violência e sobre aqueles envolvidos em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir desta nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela” (52:146).

A mídia é inquestionavelmente um centro de debates e idéias, compreendê-la não deixa de ser um modo de se estudar os próprios acontecimentos, pois quando ela se apropria, divulga, "sensacionaliza" ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência. Assim, se a violência é a forma de se comunicar algo; a mídia, ao reportar os atos da violência, surge como ação amplificadora desta violência (52:147).

A interposição do relato da mídia entre o fato e seus modos próprios de se reportar à violência cotidiana para um público mais amplo, que a testemunha, cria um *circuito de produção de sentidos*. Com isto, tais discursos tornam-se constitutivos à medida que

passam a configurar opiniões, julgamentos, *valores* e práticas adotados a partir e/ou com referência a esses relatos sobre a violência (52:148-149).

Esta capacidade de “tematizar” a realidade, possibilita à mídia construir uma opinião coletiva, um certo consenso social que pode levar a manifestações sociais e políticas. A veiculação do fenômeno pela mídia ganha ainda mais importância porque, por vezes aparentemente isolados, ao obterem ressonância, estabelecem práticas e políticas que extrapolam, não só denunciando aquele conflito imediato, mas fazendo emergir toda a situação social que o envolve, facilitando, assim, a criação de uma solidariedade generalizada voltada para a busca de uma solução oportuna e satisfatória (52:153).

CAPÍTULO 3

A ÉTICA E AS GUERRAS

SEÇÃO I – AS GUERRAS E AS ERAS HISTÓRICAS

Segundo J. Harold Ellens⁴, a história das guerras tem progredido por meio de Eras distintas. Cada uma delas se caracterizando pela tática e estratégia empregadas nas operações militares desenvolvidas naquele período, o que as tornam perfeitamente personalizadas, apesar de que os princípios básicos da ciência e arte da guerra tenham permanecido de certa forma intocáveis (24:165).

A primeira Era, denominada *pré-Clausewitz*, comporta o período que se inicia nas guerras primitivas e termina aproximadamente no final do século XVIII; a segunda, chamada de *Napoleônica* ou *Era de Clausewitz*, compreende o período do século XVIII até o meado do século XX; e a terceira, a Era *pós-Clausewitz*, se estende desde a guerra da Coréia até os dias atuais (24:166).

Desde as mais primitivas e remotas guerras registradas pela história, passando pelas lutas da Idade Média, até chegar a Napoleão na Era Moderna, o objetivo principal da maioria desses embates era o inimigo, fossem eles combatentes ou populações civis; fossem homens, mulheres ou crianças. A conquista de algum ponto notável do terreno era secundária, a meta era subtrair o maior número possível de vidas humanas, destruindo completamente o oponente.

O procedimento adotado era, normalmente, uma manobra de envolvimento, seguida de um cerco e, finalmente, o sítio da cidade alvo, após o que haveria o saque, a

⁴ Coronel da reserva do Exército dos EUA e membro da Associação Cristã para estudos psicológicos.

matança e a destruição generalizada. A ética básica que vigorava neste período era quanto às questões relativas:

- à necessidade de exterminação das pessoas e destruição da sua cultura, em favor do aumento da segurança e prosperidade do agressor;
- a quão impiedoso ou humanitário deveria ser implementado este extermínio e se os não-combatentes seriam poupados e assimilados na sociedade do agressor, ou exterminados como os combatentes; e
- à relação custo x benefício na execução dessa campanha militar.

As guerras napoleônicas, por seu turno, trouxeram novos objetivos. Com a mobilidade das tropas francesas, impulsionadas pela genialidade de Napoleão, as pessoas e as áreas habitadas não eram mais vistas como objetivos essenciais, e sim como obstáculos, dificultando a manobra das tropas, retardando-as e, até mesmo, impedindo-as de conquistar e controlar os acidentes capitais do terreno, tais como: pontes, passagens e linhas de suprimento.

O objetivo deste período não era a destruição do inimigo ou o genocídio das populações, porém, o aniquilamento efetivo de sua estratégia, por meio do domínio de regiões. Evidentemente neste período começou haver uma preocupação moral, estabelecendo um limite na aplicação da força, a partir do qual ela extravasaria somente o necessário e suportável, sob o ponto de vista ético, para dobrar o adversário.

Clausewitz evidencia de forma enfática que a guerra é uma expressão legítima da Política Nacional, quando ameaças ilegítimas se voltam contra Objetivos Nacionais legítimos. Assumindo estes objetivos como verdadeiramente legítimos, o projeto político que lhe dará sustentação, naturalmente também o será. Como a guerra é a continuação da política por outros meios, logo ela também será legítima e, portanto, um Imperativo Ético.

Ao formular o seu conceito de guerra total, Clausewitz entendia que qualquer ação na guerra é apropriada, e, portanto, moralmente aceitável, se ela for capaz de impedir o inimigo de desenvolver a sua estratégia. A guerra total estabelecida na metodologia científica de Clausewitz, normalmente, deve ser compreendida como um paradigma a ser evitado, se possível; porém, caso necessário, o seu emprego deve ser executado com tenacidade. As nações ocidentais têm evitado, por razões morais em sua maioria, empreender guerras; entretanto, quando elas se tornam inevitáveis, é usual a preocupação quanto ao seu desenvolvimento e os aspectos morais envolvidos. A guerra total nestas circunstâncias é entendida como o único meio moral de levar o conflito a um desenlace rápido.

Com a chegada da terceira Era, sofisticados meios tecnológicos começaram a ser aplicados nas guerras, especialmente os helicópteros e sua capacidade de realizar envoltimentos verticais profundos. Em consequência, tanto as áreas populacionais do período pré-napoleônico, como as regiões capitais da Era napoleônica deixaram de ter grande destaque no gerenciamento das ações bélicas. Agora, o que prepondera neste campo de batalha fluido é a mobilidade, pontos fortes, fuga e evasão, e alvos de oportunidade. O propósito da guerra permanece sendo o mesmo da Era anterior – destruir a estratégia e a tática do inimigo, porém, os métodos e os objetivos mudaram significativamente com as mudanças do ambiente de combate, que se tornou difuso com o advento das armas de alta-tecnologia.

As características dos cenários da guerra nesta terceira Era, portanto, conduzem-na para uma guerra de guerrilha, ou seja, uma guerra não-convencional perfeitamente coerente com este cenário mutante, sem fronteiras nítidas. Isto reduz a maneira de fazer a guerra a, principalmente, uma forma de terrorismo irracional, desenvolvido com diferentes níveis de emprego da força, de sofisticação e, logicamente, com graus

variáveis de legitimidade. Ademais, ele aportou uma nova dimensão devastadora à natureza da guerra nesta terceira Era, com uma clara reversão ao primitivismo, característica dos objetivos da Era pré-Clausewitz, onde sitiar e assassinar populações civis eram usuais, delineando, assim, esta modalidade de ação, em princípio, como imoral e antiética.

Sejam quais forem as estratégias, táticas e objetivos da guerra, a destruição da estratégia do inimigo e o seu desejo de lutar será inegavelmente a grande meta. *Os meios sempre serão, sejam quais forem, não morais; as ações, por sua vez, sim, sempre serão morais ou imorais.* Caso se consiga atingir um propósito legítimo rapidamente, o mais humanitariamente possível, e com o menor nível de destruição admissível; isto realmente é um imperativo moral e ético, segundo consenso em vigor nos dias atuais.

SEÇÃO II - AS GUERRAS E SEUS MATIZES ÉTICOS

A guerra sempre foi um fenômeno inerente ao ser humano e a vida em sociedade. A sua presença incômoda, devastadora e, além disto, irracional agrega um componente perverso a um ambiente que teoricamente deveria ser cooperativo, amistoso e racional. Ao longo dos tempos, com o desenvolvimento tecnológico, as guerras foram, também, se aperfeiçoando com a evolução da sua forma e doutrina, com o conseqüente aumento da eficácia em dobrar o adversário e obrigá-lo a aceitar a vontade do mais forte. A cada nova arma que surgia, dava início a novos reclamos éticos, taxando a sua utilização de imoral.

O acompanhamento da evolução histórica das guerras e a análise das suas características no contexto sócio-político-cultural que lhes serviu de berço, seguramente permitem elaborar uma classificação e, portanto, uma ordenação lógica, na qual será mais fácil identificar as suas nuances comportamentais e morais.

Dentre as várias classificações, destaca-se a adotada na Escola Superior de Guerra pela sua forma sintética e suficiente a este estudo. Nela as guerras são classificadas, quanto ao tipo, em Regulares e Irregulares; e, quanto à forma, as primeiras são subdivididas em Convencional e Nuclear; e as Irregulares, em Insurrecional e Revolucionária.

As guerras regulares são empreendidas entre Estados e comportam operações militares executadas, predominantemente, por forças regulares. A guerra regular convencional, por sua vez, é aquela realizada dentro dos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais e, ainda hoje, se constitui no objetivo principal da preparação e do adestramento das forças armadas da maioria dos países. Pela sua permanência ao longo da história, estas guerras convencionais foram exaustivamente analisadas à luz de uma ética tradicional consagrada - *a Teoria da Guerra Justa*.

A guerra nuclear, entretanto, se caracteriza pelo emprego de armas nucleares como instrumento de guerra. Por envolver um componente relativamente novo, a bomba atômica com seu alto grau de letalidade, esta guerra agregou uma série de inéditas considerações e questionamentos de ordem moral e ética.

As guerras irregulares, por seu turno, são aquelas executadas por forças não regulares, de um ou mais países, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, compreendendo ações de guerra de guerrilha, de fuga e evasão, e da subversão. Tendo em vista a sua atuação indireta, fica nebuloso discernir combatentes e não-combatentes, assim como linhas de contato e áreas de operações. Caso não tenha apoio de uma ideologia, ela é chamada de insurrecional; caso contrário, é uma guerra revolucionária.

Nos dias atuais, normalmente, as guerras irregulares vêm acompanhadas de algum matiz ideológico e têm apresentado novas e desconcertantes maneiras de atuar,

notadamente os atos terroristas, tais como: seqüestros, pirataria aérea, sabotagem e assassinatos. Estes ingredientes violentos inseriram novos complicadores a um tipo de guerra que já apresentava inúmeros desafios éticos. O terrorismo, na verdade, como uma evolução linear das guerras tradicionais, pode ser mais bem compreendido e avaliado por analogia com o conflito convencional, no entanto, ele faz ressurgir novas questões a respeito de todas as formas antigas da guerra.

SEÇÃO III - GUERRA JUSTA E INJUSTA

O Papa João Paulo II declarou que a guerra é inaceitável, porém é impossível admitir a sua inexistência. A Bíblia Sagrada fundamenta o pensamento cristão quando estatui que a maior preocupação do crente não é se posicionar prioritariamente contra a violência, mas sim, em favor de proteger o fraco e o inocente do ataque injusto e opressor. Seja qual for o contexto temporal, seja quem for que a analise, é unânime a opinião de que a guerra se tornou uma cruel necessidade e que os Homens deveriam fazer o possível para evitá-la. Cícero⁵ já afirmava que “existem duas maneiras de combater: uma baseada na discussão, que é própria dos Homens; e outra na força, patrimônio dos animais. Somente se deve recorrer à última quando não seja possível empregar a primeira”.

Santo Agostinho, considerado um dos baluartes do cristianismo, foi capaz de analisar as mazelas das guerras e aliá-las à sua sabedoria, eternizando-as em suas obras, onde podemos encontrar referências preciosas sobre a guerra e a paz. Estes estudos teológicos corporificaram a base da doutrina cristã sobre o assunto. No seu entender, a violência se converte num sinal de pecado, logo, é justa a guerra que tem por objeto reprimir esta desordem, ou seja, a violência inicial.

⁵ Filósofo romano.

Este conjunto de reflexões agostinianas se propagou ao longo dos séculos, quando foi finalmente compilado e publicado⁶ por Graciano. *A Teoria da Guerra Justa* (ver Anexo A), como passou a ser conhecida, se articulava basicamente em torno de dois conceitos: o *jus ad bellum*, que é o direito de ir à guerra; e o *jus in bello*, a justa conduta na guerra.

O *direito de ir à guerra* é analisado nesta teoria ou doutrina, como querem alguns “eticistas”, segundo os seguintes parâmetros: Ação por uma autoridade legítima; Causa justa; Esgotamento de outras alternativas; Razoável probabilidade de sucesso; e Maior bem previsto do que mal. Já a *justa conduta na guerra* confronta os conflitos com dois critérios restritivos: a **Discriminação** ou poder discriminatório do uso da força, cujo escopo abrange, também, o *princípio da consequência dupla* de São Tomaz de Aquino; e a **Proporcionalidade** ou a relação entre o custo e o benefício envolvidos.

Não somente pela observação e análise dos parâmetros envolvidos na teoria da guerra justa, mas, também, pelas diversas referências que a ela têm sido feitas em momentos de crise por renomados estudiosos e autoridades internacionais, principalmente dos países desenvolvidos, constata-se que ela mantém a sua atualidade e está perfeitamente contextualizada com o cenário contemporâneo.

SEÇÃO IV – A ÉTICA E O TERRORISMO

O que passa pelo julgamento moral é a aceitação do convencional. Este julgamento se identifica bastante com a auto-absolvição, qualquer pessoa está disposta a absolver de condenação um inimigo que realize um ato que ela própria estiver preparada para realizar, ou estar preparada a fazer tudo que um inimigo possa fazer. Comumente aquilo que é apresentado como um código moral da guerra, nada mais é que uma

⁶ Manual Básico de Ensino Canônico publicado no ano de 1140.

descrição do que estamos dispostos a fazer e a enfrentar (40:234-235). Aleksander Solzhenitsyn ilustra a relatividade dos pontos de vista afirmando que “quando somos atacados, é terrorismo, mas quando disparamos o ataque, é um movimento de guerrilha de libertação” (56:27).

É voz corrente que o terrorismo significa o inimigo que é “fanático” e “radical”, mas é notório que existe o terrorismo de Estado, voltado contra sua própria população ou até mesmo contra outro país, o que enfraquece esta definição. Identificar o terrorismo como uma força ilegal é tendencioso, pois a lei não corresponde a um imperativo moral, como constata-se pelas atrocidades cometidas pelo governo soviético contra seu próprio povo, incluindo o genocídio durante o regime stalinista, no que foram, em sua maioria, inteiramente legais.

Seja qual for a definição, ela é sempre incompleta porque o uso generalizado do termo terrorismo como ato de fanatismo religioso, ódio étnico, luta de classes, etc, normalmente o associa às ações ilícitas. Estes conceitos, freqüentemente não-isentos, pecam precisamente por obscurecer o fato que esta modalidade de ação, repleta de motivações com graus diversos de legitimidade, necessita ser individualizada de modo a se conhecer o seu histórico, finalidades e reais motivações.

É necessário compreender, entretanto, que como qualquer ato de beligerância, o terrorismo jamais é considerado por seus agentes como sendo um primeiro ataque; e sim como uma defesa contra um opressor. Ninguém jamais poderá compreendê-lo ou combatê-lo sem reconstruir o sentido do passado que os terroristas detêm (40:245).

O terrorismo não é novidade, o que é novo é o fato de se reconhecer que ele é horrível, e exige um tratamento dentro de um contexto moral. Para tanto se torna essencial conhecer as três realidades que ele introduz dentro do campo da guerra,

diferenciando-a da guerra convencional: é a guerra do desespero, da solidariedade, e de alvos seletivos (40:247).

Como reprimir o terrorismo de forma que seja um ato moralmente aceitável? Combater um grupo dissidente e audacioso é uma coisa; negar as aspirações normais e justas de um povo oprimido é bem mais difícil de justificar. Será que a **Teoria da Guerra Justa**, ajustada à guerra convencional, se manteria válida como resposta ao terrorismo?

Quanto à **Ação por uma Autoridade Nacional Legítima**, o terrorismo fica prejudicado, pois, embora ele seja verdadeiramente um ato de beligerância armado, normalmente é tratado como se fosse um ato criminoso. É freqüente um povo pegar em armas exatamente porque lhe foi negado o direito de autodeterminação nacional, desta forma, ele não pode ser representado por um governo reconhecido. Para definir uma moldura ética, urge que se faça uma opção: se o terrorismo for entendido como crime, então ele deverá ser conduzido conforme os meios legais, como os aplicados aos indivíduos; se for considerado um estado de beligerância, então ele será tratado como guerra e com as restrições apropriadas à guerra. Para que a resposta ao terrorismo seja ética, é fundamental que a nação reconheça a liderança popular em seus adversários, assim como ela o faz quando reconhece governos após golpes de Estado (40:252).

Quanto ao critério da **justa reclamação**, o terrorismo freqüentemente possui uma causa justa, porém utiliza um método errado. Qualquer nação que tenha de enfrentar um adversário terrorista, antes de responder a qualquer ato, possui a mais alta obrigação moral de discernir os sentimentos e os reclamos envolvidos e realizar uma avaliação moral ponderada.

Quanto ao **esgotamento de outras alternativas** para justificar o uso da violência como resposta a um ato terrorista, é primordial o entendimento de que o instinto natural

da maioria das vítimas do terrorismo é o ódio e o desejo de retaliação imediata. Este instinto irracional, provavelmente aumentará a força da espiral de violência, renovando-a e realimentando-a a cada ciclo. O essencial é que não se negue reparação e compensação, simplesmente, pelo fato que eles são terroristas; que não se fique toldado pelo ódio e que isto impeça uma análise isenta e imparcial da situação. Caso não haja justiça nas exigências terroristas, neste caso sim, a solução será a retaliação calculada, com a promessa de futuras represálias mais duras (40:254).

Qual é a **probabilidade de sucesso** do uso da força no combate ao terrorismo? Quando existe a constatação da dificuldade de derrotar e destruir o inimigo terrorista, ele deverá ser tornado pacífico, e isto não se faz eficientemente pela resposta beligerante. Contra um povo que está disposto ao sacrifício pelo fim das injustiças e opressões, a solução ética passa inegavelmente pelo entendimento, como afirmava Cícero.

Toda resposta ao terrorismo deve almejar que os terroristas eventualmente se tornem aliados. Por isto é basilar que se tenha em conta até onde se pode ir destruindo sua dignidade e conduzindo-os até a insensata e irremediável hostilidade. Deve-se avaliar constantemente as ações, procurando obstinadamente um resultado em que haja um **maior bem previsto do que mal** (40:256-257).

O teste da Teoria da Guerra Justa enfrenta bem o terrorismo. O que não pode ser negligenciado é que esta modalidade de guerra não deve ser vista como uma excrescência nas relações internacionais, mas como mais um dos produtos degenerados da guerra convencional. “Toda decisão de usar a força ou abster-se dela só pode ser justificada pela alegação realista de fazer a paz mais possível” (40:258-259).

SEÇÃO V – A ÉTICA E A DETERRÊNCIA

Dentre as inúmeras conceituações de deterrence, será selecionada aquela que a caracteriza como sendo a resoluta disposição de se utilizar uma força de maneira a deter ou inibir uma ameaça que não se deseja ver consumada ou efetivada. Apesar de esta definição não especificar a ameaça, ela será identificada como aquela que intenciona usar armamento nuclear ou sistemas de armas capazes de acarretar elevada destruição e/ou número de baixas, como as armas químicas e bacteriológicas, por exemplo.

Seja qual for o sistema de armas a ser utilizado como elemento deterrente, não se deve esquecer as palavras do ex-Presidente dos EUA Ronald Reagan: “uma guerra nuclear não poderá ser ganha e, portanto, nunca deverá ser implementada”. O seu Secretário de Defesa Caspar Weinberg, complementando, afirmou com relação à URSS que “os seus líderes, ao avaliarem os riscos de uma agressão, reconhecem a capacidade de retaliação dos EUA, não havendo, assim, circunstâncias onde uma guerra nuclear, em qualquer nível ou duração, faça algum sentido”.

Pelos depoimentos dessas autoridades, fica evidente o consenso existente sobre a irracionalidade do uso de um armamento de tamanho poder destrutivo. É inquestionável, também, que a humanidade deve utilizar todos os recursos, mesmo que sejam aqueles contra os quais ela esteja se contrapondo, de forma a dissuadir qualquer aventureiro a iniciar uma guerra que poderá se constituir em um ponto final para a trajetória do Homem sobre a terra.

Quando ainda existia a bipolaridade (Guerra Fria) era comum nos EUA o apelo de que as alternativas se restringiam tão somente a “dead or red”.⁷ Entretanto, esta

⁷ Esta forma de pensar entendia que somente restaria duas alternativas ao mundo capitalista e democrático : morte (dead) com luta e dignidade ou capitulação ao domínio comunista soviético (red).

dicotomia suicida não deixava espaço para a razão e o bom senso. Havia a necessidade do estabelecimento de uma terceira opção, a do *menor mal*, e o abandono definitivo do dilema: rendição ou guerra nuclear. A deterrência chegou, então, como uma alternativa intermediária e virtuosa. Assim, o novo dilema passou a ser rendição ou deterrência, abrindo uma via ética para a resolução dos confrontos.

Não obstante a função ética da deterrência, ela admite uma série de considerandos, dentre os quais se destacam os seus dois dilemas morais (55:37):

- como conciliar a obrigação moral de defender os interesses nacionais de um país contra uma agressão injusta e a inabilidade potencial dos armamentos nucleares em atender ao critério do “**jus in bello**” (discriminação e proporcionalidade); e
- como ameaçar usar uma força que não se espera utilizar, de forma a não fazê-lo.

Baseado na análise dos dilemas morais envolvidos na deterrência, surgem duas vertentes críticas (55:38):

- a primeira, afirma a sua imoralidade alicerçada na argumentação de que sendo a guerra nuclear total imoral, o seu uso limitado também o seria, pois inevitavelmente haveria uma escalada incontrolável. Como o uso limitado ou total da guerra nuclear é imoral, a ameaça de sua utilização ou implementação seria também imoral, deste modo, a deterrência como uma ameaça de fazer um ato imoral, de fato é imoral em si mesma; e
- a segunda vertente entende a deterrência como detentora de sólida base moral, baseada no atendimento dos seguintes argumentos, que basicamente são semelhantes aos da **Teoria da Guerra Justa: Paz justa;**

Moralidade da ameaça; Menor mal; Grande emergência; e Transferência da responsabilidade moral.

Agora, será analisado sumariamente cada um desses argumentos de maneira a formular uma opinião consistente sobre a moralidade ou imoralidade da utilização da política da deterência.

É importante constatar que a aplicação do critério de “*jus ad bellum*” da Teoria da Guerra Justa, no caso de uma guerra nuclear, se torna ineficaz, pois no que adianta justificar o início de uma guerra de extermínio da humanidade. O propósito é evitá-la e para tanto o desafio é buscar uma *paz justa*. Além do mais, a deterência como um recurso de procrastinação da guerra, nos concede tempo, a fim de permitir o aperfeiçoamento da qualidade desta paz. Sendo assim, a deterência indubitavelmente atende ao argumento da *paz justa* ao possibilitar uma razoável probabilidade de sucesso na manutenção da paz, mesmo que o seu equilíbrio seja instável, como realmente o é (55:38-40).

O argumento da *ameaça moral* é baseado no fato de que o uso do armamento nuclear, por estar sob restrito controle, não permitirá que o conflito escale para uma guerra total e generalizada, apesar desta possibilidade sempre existir. Para respaldar este controle, a ameaça se faz contra alvos militares compensadores (tropas, sistemas de controle, indústrias de material bélico e de apoio logístico à guerra, etc). Não resta dúvida que a ameaça do uso seletivo do armamento nuclear permiti a existência de um significativo componente moral na deterência, entretanto, as baixas sempre existirão, mesmo que em número reduzido, fazendo com que seja inevitável uma avaliação do custo e benefício envolvidos (55:40-43).

O argumento do *menor mal* permitiu posicionar a deterência como a única alternativa moral possível, haja vista que ela estabeleceu uma saída intermediária para o

impasse “céu ou inferno”, em vigor até aquele momento. Desta maneira, a utilização da deterrence no período da Guerra Fria era mandatória como modo de impedir uma guerra nuclear ou a perda da liberdade com o domínio soviético. É temerário, entretanto, condenar a deterrence como imoral até que se tenha a convicção da existência de uma alternativa melhor, ela de fato tem se mostrado uma escolha moral, visando prevenir um mal maior, como afirmou o “eticista” Michael Novak (55:43).

O argumento da *grande emergência* deve ser visto como uma condição permanente e a deterrence como o instrumento pelo qual este argumento se instrumentaliza. Embora a deterrence seja uma solução ruim, não deve haver nenhuma outra alternativa prática neste mundo de soberania e Estados suspeitos, declarou o Reverendo e “eticista” Michael Woltzer (55:44).

Finalmente, o argumento da *transferência da responsabilidade moral* estatui que a partir do momento em que uma das partes demonstra visivelmente a intenção de somente empregar armamentos nucleares com o propósito de deter e se defender de uma agressão inimiga, ela transfere ao adversário, que ignorou intencionalmente o seu alerta, o ônus de uma agressão imoral, acarretando, assim, um enquadramento moral do uso retaliatório de seus engenhos nucleares. Com base neste argumento, a deterrence não pode ser percebida como um ato imoral, mas um caminho de estímulo ao comportamento moral do oponente (55:44-45).

Com base nesta série de argumentos, algumas autoridades eclesiásticas cristãs não se furtaram a afirmar que a deterrence é claramente a melhor alternativa que poderá ser empregada com a consciência tranqüila, a par do seu caráter moral ou bom. O Papa João Paulo II concluiu, também, que a deterrence é, sob algumas condições, moralmente aceitável. A realidade é que o mundo vive a quase meio século sob a ameaça nuclear e

não fosse a política da deterrence agindo como um freio, provavelmente, o Homem teria regredido aos primórdios de sua existência.

Embora imperfeita tanto em termos morais como políticos, a deterrence tem sido efetiva na preservação da paz. O mundo mudou significativamente a partir do final do século XX: a Guerra Fria foi esquecida, com os EUA assumindo o papel de país hegemônico; em contraposição, com a derrocada dos soviéticos, as ameaças ficaram difusas e diversos países, com o domínio da tecnologia nuclear, passaram a ter destaque no cenário internacional. Com todas estas reviravoltas políticas, a ameaça de um confronto nuclear entre Estados ficou reduzida, porém, não descartada. Agora, por outro lado, paira sobre a humanidade o pesadelo do terrorismo nuclear para o qual a política da deterrence na conformação atual, ainda, não está preparada.

SEÇÃO VI – A ÉTICA E O PACIFISMO

O pacifismo se opõe ao belicismo, ou seja, à guerra, por meio de um conjunto de ações individuais e coletivas. Embora todas as suas correntes persigam um objetivo utópico, a paz completa e universal, os métodos empregados para a sua implementação diferem substancialmente. Alguns grupos se opõem à guerra tradicional entre Estados, porém, defendem as revoluções intra-Estado; outros advogam a guerra defensiva e se contrapõem à ofensiva e de conquista; outros, ainda, não admitem a guerra em nenhuma de suas formas, no entanto, crêem na necessidade de uma força policial; e, finalmente, outros não acreditam em nenhum tipo de força coercitiva ou disciplinar (19:1).

As religiões se constituem na mais forte das motivações na promoção da paz e na objeção à guerra. As religiões orientais, especialmente o budismo, deprecia a guerra e difunde a não-resistência, como o fez Ghandi durante sua luta contra o colonialismo inglês. Podemos encontrar, também, fortes traços de pacifismo no judaísmo e

cristianismo. O sermão da montanha, em particular, contém significativa exortação à paz.

Outra motivação importante no pacifismo tem sido o humanitarismo e a sua luta contra as violações aos direitos humanos causados pela violência em todas as suas manifestações, principalmente as decorrentes das guerras. Desta forma, o pacifismo e a cooperação internacional estão rigidamente conectados na efetivação de acordos como forma de assegurarem a paz. O movimento pacifista está em harmonia, igualmente, com os movimentos internacionais de desarmamento.

Neste final de século XX e início do terceiro milênio, os pacifistas adquiriram novo fôlego com a universalização das suas propostas de não-beligerância e ações humanitárias, amplamente divulgadas pela mídia; e, ainda, pelo incremento do novo estilo de atuação por meio das Organizações Não-Governamentais (ONG).

A própria Organização das Nações Unidas (ONU) tem incrementado a sua atuação em ações humanitárias, o que de certa maneira avaliza o aspecto moral contido no movimento pacifista. A criação de uma indignação mundial com respeito à violência e o consenso sobre a necessidade de uma pronta resposta dos organismos internacionais nos Estados ditos rebeldes e não “emocionados” com respeito à vida humana dos seus cidadãos, já estão se tornando freqüentes e, deste modo, aceitáveis nos dias atuais.

Segundo algumas correntes pacifistas contemporâneas, o pacifismo adquiriu uma nova conformação e método de atuação, caracterizando-se nem tanto por se opor à guerra de maneira radical, mas pela aceitação do emprego reduzido e controlado da violência, como um último recurso e na medida exata para alcançar o seu propósito, como é propugnado na *Teoria da Guerra Justa*.

CAPÍTULO 4

SÉCULO XXI – VELHOS E NOVOS DESAFIOS

SEÇÃO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tempo é incontrolável em sua persistente e ininterrupta marcha em direção ao infinito. As pessoas sempre o utilizaram como referencial de modo a posicionar os acontecimentos e, assim, registrá-los, analisá-los e compará-los. Tendo em vista a relevância e o peso específico de determinado fato histórico, ele pode se tornar um paradigma, passando a balizar um período e emprestando, então, a sua força àquele contexto temporal.

A queda do muro de Berlim, simbolizando o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do sistema comunista soviético, inquestionavelmente é um desses fatos emblemáticos da história contemporânea da humanidade. O seu impacto e conseqüências de âmbito mundial alteraram de tal forma o equilíbrio de poder que impuseram uma reformulação de todo o quadro político-social-econômico vigente, representando um verdadeiro “corte” histórico. Eric Hobsbawn, sensibilizado, afirmou que o século XX seria caracterizado como o *século breve*, pois encontrou o seu epílogo com o colapso da União Soviética, e não mais no final do milênio, onde seria a sua morte natural (35:9-11).

A humanidade está vivendo, portanto, um novo século desde o início da década de 90 do século passado. O término da bipolaridade permitiu aos EUA, como única potência hegemônica, impor um novo arranjo político-econômico conhecido como Neoliberalismo, pautado no fortalecimento e desenvolvimento do regime democrático, onde a maior participação popular cria a possibilidade de um componente ético mais óbvio, tanto na tomada de decisões quanto nas avaliações; e na desregulamentação de

mercados e quebra das barreiras protecionistas ao livre comércio, cuja consequência é o processo de globalização.

Esta sociedade contemporânea estruturada nesta ambiência globalizada, onde o “apequenamento” do tempo e das distâncias aproxima pessoas e instituições, está se caracterizando por permitir a aceitação generalizada do conceito de desenvolvimento sustentado; e por efetuar uma mobilização universal em defesa dos direitos humanos onde quer que seja necessário, e para tal utilizam, predominantemente, o espaço da mídia (16:430).

Apesar da proximidade do século XX, ainda, embotar os entendimentos, impedindo uma visão completa e isenta dos acontecimentos, Hobsbawn com clareza assevera que:

“o século XX foi um período extraordinário. E não apenas por suas catástrofes. Na verdade, em seu final, o mundo é melhor do que antes, com poucas exceções, Não é justo, portanto, rejeitar *in toto* o século XX, pois os filhos desse século desfrutam de condições materiais e espirituais mais favoráveis do que aquelas em que viveram seus pais e avós” (35:193-194).

SECÃO II - AS GUERRAS CONTEMPORÂNEAS

Philippe Delmas afirma que no cenário atual é muito improvável que as grandes potências entrem em guerra. “Nada as ameaça e o emprego da força é uma escolha política que parece dever tornar-se cada vez mais rara” (21:253). Eric Hobsbawn, por sua vez, diz que enquanto os EUA continuarem sendo a única superpotência, uma nova guerra generalizada se torna inviável, particularmente, uma guerra nuclear, apesar de que a eliminação do risco de conflitos mundiais não elimina a possibilidade do uso de armas nucleares (35:15).

O que deve ficar evidenciado é que a impossibilidade de conflito entre os grandes não assegura a paz e harmonia internacional. O mundo é constituído em sua maioria por

países marginais, esquecidos e sem expressão internacional, assim, ficam liberadas as guerras locais e extremadas, onde tudo é possível, já que a carnificina instituída não incomoda, nem interessa aos poderosos, a não ser que ocorra um extravasamento e haja a possibilidade de um contágio.

Outro aspecto incentivador dessas guerras foi a grande oferta mundial de armamentos que inundou o mercado no fim da Guerra Fria, beneficiando com isto numerosos Estados e grupos independentes. Estas guerras contemporâneas menores, freqüentemente geradas por razões e animosidades comunais, caracterizam-se por serem indiscriminadas contra não-combatentes; enraizadas em diferenças históricas, étnicas e religiosas; e utilizarem armamentos convencionais sem sofisticação, normalmente de segunda mão, aproximando os contendores e permitindo o combate corpo a corpo, onde a barbárie e a selvageria adormecidas são liberadas.

Com a flexibilização do conceito de soberania e a entrada de novos atores atuantes no cenário internacional, o período das Nações-Estados, como havia nos últimos séculos, começa a ficar desgastado, permitindo o surgimento de mais um aspecto motivador de conflitos locais.

Finalmente, as características específicas sem precedentes e, portanto, preocupantes desses conflitos atuais são: a legitimação do direito de intervenção, principalmente sob razões humanitárias; o posicionamento dos não-combatentes; a importância das diferenças culturais; e os procedimentos a adotar com respeito aos crimes de guerra e a capacidade de reconciliação das partes após o conflito (37:2-3).

SEÇÃO III – OS “DONOS” DO MUNDO

Com o fim da União Soviética, a questão da intocabilidade da soberania voltou às manchetes. Os membros do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), por exemplo, não têm utilizado constantemente o expediente do veto para obstruir as ações do bloco oponente, como o faziam no período da Guerra Fria. Como decorrência disto, contabiliza-se, nestes últimos doze anos, um significativo incremento nas operações de paz e operações humanitárias, superando em muito as realizadas no período 1945 – 1989.

A ONU está, também, expandindo, obviamente por pressão das superpotências, o conceito de ameaça constante da sua carta, permitindo que sejam incorporadas as motivações ecológicas e humanitárias. Isto se caracteriza como mais uma cunha colocada na fenda da já fragilizada soberania, pois outorga àquela organização uma carta branca para o exercício do direito de ingerência onde e como julgar conveniente. O renomado Jurista Ives Gandra textualmente se manifesta dizendo:

“O risco que vejo no século XXI é que as nações mais desenvolvidas fortaleçam esse direito auto-outorgado de “guardiões do universo” , “defendendo”, sem a autorização da esmagadora maioria das outras nações, o que é “bom” e o que “não é bom” para a humanidade, reduzindo a soberania das demais nações a um singela “concessão ofertada pelas nações desenvolvidas...” (41:84).

Os EUA são hoje a maior superpotência militar do planeta, deste modo, a maioria das decisões sobre segurança terão de ser adotadas ou apoiadas por eles para adquirirem credibilidade. Nestas condições, as principais alianças militares obrigatoriamente terão de contar com forças norte-americanas; entretanto, o custo dessa empreitada, mesmo para os americanos, é proibitiva, assim, está se delineando uma tendência na qual eles

“emprestam” suas forças ao sistema de segurança global e mandam a “conta” para as outras nações pagarem (16:434-435).

Como conseqüência da maior transparência proporcionada pelo incremento do processo de democratização, capitaneado pelos EUA, a partir de 1990, algumas questões obtiveram grande visibilidade, mobilizando a comunidade internacional para o debate sobre os instrumentos jurídicos disponíveis para julgar e punir em âmbito global. Esta consensualidade alcançada no CSONU, principalmente após a Guerra Fria, permitiu estabelecer em 1993 um tribunal para julgar crimes de guerra na antiga Iugoslávia, representando um marco histórico e um novo patamar ético, por ser a primeira vez que a ONU intentava punir responsáveis por prática de violação de direitos humanos em um tribunal supranacional. Segundo Aryeh Neier⁸:

“O julgamento, mesmo que de uns poucos, porém grandes, culpados, serve a dois propósitos principais. Por um lado, o julgamento público, especialmente se acontece em foro internacional, evidencia o reconhecimento do sofrimento imposto às vítimas e representa uma declaração de que o mundo se uniu para condenar os criminosos. Por outro, o procedimento demonstra que as regras fundamentais constituintes das sociedades civilizadas não podem ser violadas impunemente, e que mesmo os que estão em posição privilegiada não estão resguardados das conseqüências dos seus atos” (22:477).

SEÇÃO IV - A REVOLUÇÃO DA MÍDIA

Na guerra do Vietnã, a mídia desnudou todas as mazelas e as lançou no interior dos lares, especialmente norte-americanos, despertando indignação, medo e revolta, ocasionando o encerramento intempestivo das hostilidades, contribuindo, assim, para colocar um ponto final num morticínio irracional e injustificado.

⁸ Filósofo judeu sobrevivente da Alemanha nazista e radicado nos EUA. Foi um dos fundadores da “Human Rights Watch”, da qual foi diretor executivo por doze anos; dirigiu durante oito anos a “American Civil Liberties Union (ACLU)” e preside atualmente a “Open Society Institute”, da Fundação Soros.

Desde o conflito no sudeste asiático até o epílogo da Guerra Fria, as guerras foram periféricas e a mídia, quando se interessava e tentava acompanhá-las, normalmente era censurada, pois os governantes a entendiam como espias a serviço do adversário. Como consequência da reviravolta política-econômica-social da queda do muro de Berlim, a censura exercida pelos governos ficou muito menor do que no passado.

Atualmente, reconhece-se nitidamente que a mídia transforma, de fato, o exercício do poder. Ela pode organizar, segundo sua subjetividade e intencionalidade, uma democracia com notícias de toda a sorte e confiabilidade, impossibilitando o governo de fazer qualquer coisa. “O sistema das mídias é um cão de guarda farejando o medo ou a fraqueza, e sua agressividade cresce proporcionalmente” (21:267-269).

O novo papel da mídia influenciou e, certamente, cada vez mais influenciará na mudança da natureza da guerra. O efeito CNN⁹, disponibilizando em tempo real as imagens do bombardeio da coalizão aliada à Bagdá, é um exemplo irretocável do extraordinário domínio exercido pela televisão, impedindo que os governos administrem crises tal como estavam acostumados a fazer anteriormente. Por outro lado, os Estados alvos autorizam essas transmissões para que sensibilizem a opinião pública do agressor e, com isto, instigue-a a se posicionar contrariamente à agressão.

Para que se analise e se compreenda o mundo atual será essencial visualizá-lo como um sistema complexo, composto por outros tantos subsistemas que já começam a se “conversar” e, desta forma, tornarem-se interdependentes. As forças centrífugas desagregadoras e egoístas, predominantes nas sociedades desde os primórdios da humanidade, começam a ceder espaço frente à força centrípeta contida no interesse comum e compartilhado, assim como no respeito mútuo gerado pela aproximação

⁹ “Cable News Network”- Rede de televisão a cabo dos EUA.

proporcionada pela mídia, que está tornando este planeta cada vez menor e, desta forma, íntimo de todos.

Em suma, a revolução da mídia e da informática, ora vivenciada, proporciona sem dúvida uma maior participação popular, uma maior generalização do acesso às informações em todos os campos do poder, e com especial relevo na esfera política, sobretudo, com relação à política externa e os negócios internacionais. Este engajamento popular tem exercido um profundo efeito sobre a conduta e a avaliação da política externa, pois incorporou nas discussões e debates uma dimensão humana individual, universalizando as preocupações morais e éticas.

SEÇÃO V - A SOLIDARIEDADE GLOBAL

Diante da realidade atual, o processo irrecusável e involuntário da globalização deverá prosseguir a sua longa marcha, como já o faz desde o início das grandes navegações portuguesas do século XV. O fato curioso é que este processo, apesar de trazer sobressaltos e apreensões para a maioria dos países, tem de certa forma estabelecido o surgimento e a consolidação de uma nova solidariedade mundial.

Wendel wilkie afirma, com muita sobriedade, que:

“a globalização, tal como o nome indica, consiste na interpenetração dos vários submundos (Ocidente, Oriente, etc) e na mais ou menos rápida construção de um mundo único, *um mundo só* (grifo nosso), com a correspondente formação das instituições e normas de um governo mundial (...), os muitos êxitos e sobretudo as crises recentes da globalização (1997-98) estão fazendo firmar-se uma nova *consciência ecumênica* (grifo nosso), uma recente e inesperada *solidariedade mundial* (grifo nosso), que decerto não elimina os consideráveis sacrifícios, mas tende a impedir ao menos o naufrágio dos mais fracos ou menos prudentes. Estamos todos, cada vez mais, no mesmo barco”(46:57-58).

Com a recente crise econômica asiática e os genocídios étnicos ocorridos em Ruanda, por exemplo, ficou evidenciado que a globalização é uma via de mão dupla:

por um lado, as nações poderosas irradiam influências e impõem comportamentos e alinhamentos; por outro, recebem o eco dos problemas, dificuldades e apreensões dos demais países. Conforme opinião do Jornalista Fernando Pedreira, “a nova solidariedade mundial e a crescente consciência de que a globalização nos obriga a viver num mundo globalmente coeso, “vizinho”, *solidário*, não deixa de ser uma surpresa, até mesmo para os mais otimistas...”(46:53).

Neste mundo em vias de globalização não há mais dois grandes códigos éticos, o dos governantes e o da sociedade civil, há somente um, e este é o código da sociedade civil ou “do comércio” e não o dos governantes ou dos “guardiões” (ver A Moral e a Política – Seção II, Capítulo 2). Por todo o globo esta síndrome “comercial” vai se alastrando, sem pedir licença e, até mesmo, consultar a opinião dos recalcitrantes. É como se uma única nação procurasse disciplinar e enquadrar aqueles que não estão se adequando ao novo sistema vigente (46:77).

“O que era antes (ontem) código ético interno vai se tornando (hoje) externo, ou melhor, universal. E isto, *por consenso*, de maneira gradual e progressiva, mas especialmente firme e convincente, ao menos desde o fim da Guerra Fria, desde a conversão (ou *débâcle*) da superpotência “inimiga”...(46:77).

As nações se amalgamam e se fundem. É como se elas aos poucos se tornassem uma só. Segundo as palavras sábias de Fernando Pedreira, o mundo atual apresenta o seguinte perfil:

“Em vez da divisão e da guerra, o entendimento, a competição pacífica; em vez do genocídio, a procura da convergência; em vez da escassez, a plenitude – ou a promessa e o exemplo da plenitude, que amiúde atraem e interessam mais aos Homens do que a plenitude em si mesma” (46:79-80).

Seja qual for a religião professada, os dias de hoje testemunham um despertar generalizado da fé. As pessoas imbuídas deste aquebrantamento divino priorizam o lado

espiritual, colocando a racionalidade apenas como pano de fundo, passando a pensar em seu semelhante solidariamente, vivenciando, assim, as suas dores e apreensões, criando, desta forma, um consenso ético coletivo que objetivamente permitirá um aperfeiçoamento moral da humanidade.

Os líderes de algumas das grandes Igrejas, em um encontro recente, afirmaram que o Homem está voltando a se aproximar de Deus e, portanto, as Igrejas deveriam, também, estreitar os seus laços, ainda mais, e, por meio de um consenso mínimo, estabelecer um ambiente cada vez mais ecumênico, fraternal e edificante.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

Após percorrermos esta jornada através dos tempos, desde os primórdios da humanidade, quando o Homem buscava lampejos de racionalidade em meio a sua, ainda, pesada e dominante carga de instintos, até os dias atuais, onde ele procura abafar as manifestações primárias remanescentes e fazer imperar a dimensão espiritual que o compõe; fica evidente a rendição do individual ou pessoal ao coletivo ou social.

O contrato inconsciente selado entre os indivíduos e a comunidade, visando à sobrevivência de ambos, tinha por condição basilar a existência de uma obrigação moral, coligindo os costumes de determinado povo ou civilização, corporificando-os em códigos normativos ou morais.

A necessidade de explicar a razão dessa pluralidade de códigos morais nas diversas dimensões espaço-temporal, induziu os filósofos a formularem o conceito de ética, ou seja, o pensamento filosófico acerca dos problemas e juízos morais.

Em certas ocasiões da História, como sabemos, ocorreram mudanças abruptas no cenário político-social-econômico, ensejando a oportunidade para alterações nesses sistemas morais. Essas crises exigiram, em algumas oportunidades, uma nova doutrina ética que melhor explicasse, orientasse e justificasse os novos comportamentos morais existentes. Do estudo dessas sucessivas doutrinas éticas, fica notório o progresso moral da humanidade, principalmente, pela ampliação da esfera moral na vida social. A sociedade contemporânea, por exemplo, apesar de ser rotineiramente alvo de críticas, indubitavelmente é um produto aperfeiçoado das sociedades que a antecederam.

A moral e, conseqüentemente, a ética buscam, principalmente na religião, o seu fundamento absoluto, a sua ideologia e centralidade. Atualmente, com maior ênfase, as

peças aceitam compartilhar docilmente o racional ou objetivo com o espiritual ou subjetivo. A procura pelo religioso e o abandono do profano têm sido enfáticos neste período de transição de milênio. Surpreendentemente, já é possível até começar a estabelecer um consenso ético mínimo global baseado nas religiões, e isto, é fundamental para a criação de um mundo mais pacífico e singular.

O mundo atual é testemunha que o *Realismo Político*, sistema dominante no período da confrontação, já ultrapassou o seu apogeu. Hoje, com a liderança hegemônica dos EUA e um generalizado processo de globalização, assiste-se a uma onda de democratização, onde fronteiras deixam de existir e as pessoas passam a exercitar abertamente as suas liberdades, tornando tudo mais próximo, autêntico e confiável.

Nesse ambiente mais intimista e popular, os governos, agora mais preocupados com o Bem Comum, são compulsados a levar para a esfera coletiva ou governamental, o individual com toda a sua carga moral, antes desprezada e taxada de utópica. Assim, o Realismo Político arrogante e impessoal dos governantes começa a dialogar com o *Moralismo Abstrato* dos seus cidadãos, ensejando o nascimento de um *Moralismo Político* dotado de um significativo componente ético a balizar suas ações e decisões.

Além disso, a mídia, agindo como elemento catalisador, aproxima as pessoas e “consensualiza” os acontecimentos, contribuindo para uniformizar e moralizar os procedimentos e, naturalmente, tornando-os mais humanos e solidários.

Neste cenário contemporâneo, conhecido como período pós-Clausewitz, as guerras não deverão se dar entre países desenvolvidos, mas sim entre aqueles periféricos, como já estão acontecendo. Devido à ausência intencional das grandes potências, alguns destes conflitos incorporam tamanha irracionalidade que os remetem,

pelas suas características e procedimentos, ao período pré-Clausewitz, onde a morte dos inimigos constituía-se no objetivo principal.

Por outro lado, de uma forma lenta, porém crescente, a maioria dos países já está se conformando às novas exigências internacionais, globalizando-se e, naturalmente, democratizando-se, como o único caminho possível neste mundo em que as regras impostas estão se tornando inegociáveis.

A Teoria da Guerra Justa foi, sem dúvida, desde a sua criação considerada um paradigma exemplar na avaliação da legitimidade das decisões de se fazer a guerra e de como conduzi-la. A ampla aceitação consensual desta teoria não se restringe somente à reputação dos seus arquitetos e fundadores - Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino, mas, também, e, principalmente, à adequabilidade de seus preceitos na análise das diversas modalidades de conflitos.

O *terrorismo* em suas diversas variantes, com diferentes graus de motivação, pode ser submetido à Teoria da Guerra Justa, onde encontrará, ou não, o suporte para a sua legitimidade.

A *deterrência*, como uma alternativa virtuosa entre opções suicidas de uma confrontação nuclear, já demonstrou ser efetiva na preservação da paz e, assim, quando analisada segundo os parâmetros da Teoria da Guerra Justa se mostra detentora de sólida base moral.

A Teoria da Guerra Justificada, como também é conhecida, indubitavelmente responde hoje com a mesma presteza e exatidão como o fazia anteriormente. As inúmeras citações que a ela continuam sendo feitas referendam esta afirmação. O mundo atual com todas as suas peculiaridades não invalidou a Teoria como *aferidora moral das guerras*, simplesmente deu novo ritmo e cadência à humanidade, sem entretanto alterar a sua essência.

O *pacifismo* em sua luta obstinada pela paz tem demonstrado eficácia e coerência, a par das diferentes correntes, objetivos ou métodos de emprego utilizados. O apoio aos movimentos humanitários, respaldados de forma indireta pela ONU com a ampliação desse tipo de operação assistencial, e a sua posição evidente em prol dos direitos humanos e dos movimentos internacionais de desarmamento avaliza o aspecto moral e a validade das intenções pacifistas. Ademais, algumas de suas correntes contemporâneas já aceitam, até mesmo, a existência de guerras limitadas com o uso restrito da força, onde suas ações estejam em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Teoria da Guerra Justa.

Finalmente, com base nesse conjunto de fatos e considerandos, já podemos descrever a *ética do século XXI* como sendo uma teoria moral voltada essencialmente para o estudo deste Homem real atual, origem e destino dos seus próprios atos, uma pessoa profundamente comprometida com suas ações e, portanto, responsável e livre para atuar e modificar situações segundo os seus interesses individuais, conduzidos agora democraticamente para a esfera coletiva, que os adotam, traduzem, fortalecem e materializam.

Esta ética do terceiro milênio está perfeitamente “ambientalizada” neste mundo em franco processo de globalização e uniformização, onde o Homem contemporâneo, agente moral concreto, está permanentemente comprometido com os ideais de justiça, o desenvolvimento tecno-científico e a evolução da mídia e da informática. Este cidadão do mundo, como realmente ele o é, cada vez mais se sente responsável não só com o que acontece no seu país, Estado, nação ou comunidade, mas também, como vive e são garantidos os direitos dos seus semelhantes, onde quer que eles estejam. E nesta aldeia global ninguém está mais acima das leis, pois os tribunais internacionais de justiça já começam a lançar seus “tentáculos”, alcançando os transgressores em suas próprias

áreas de atuação, independente dos cargos que exerçam, e levando-os a julgamento público, impondo, desta forma, um “modus faciendi” mais equânime e ético.

A ética atual, com sua praticidade, está em perfeita consonância com a nova “reconfiguração” de poder advindo do ocaso da União Soviética e da assunção ao posto de nação hegemônica mundial pelos EUA. Assim, ao analisar a legitimidade das guerras contemporâneas, ela o faz nesta conjuntura onde os norte-americanos e seus aliados são os países atuantes e “convincentes” no CSONU e, como decorrência, as guerras somente são sancionadas e se justificam segundo os seus interesses.

A *Teoria da Guerra Justa* se traduz, portanto, no elemento central e estrutural desta ética contemporânea, não só pela sua atualidade e eficácia, como principalmente pela valoração da esfera espiritual, que desperta a humanidade para a importância de Deus, fundamento absoluto dos valores morais, e para a necessidade do Homem humildemente levantar sua cabeça e buscar nos ensinamentos divinos a sabedoria que ele tanto procura em si mesmo.

ANEXO A

TEORIA DA GUERRA JUSTA

Quem pode legitimamente empreender uma guerra? Segundo a tradição ocidental da guerra justificada, há cinco requisitos para que uma guerra seja moralmente empreendida (*jus ad bellum*):

- ***ação por uma autoridade nacional legítima:*** A convenção internacional estatui que apenas as nações declaram guerra a outras nações. Atualmente, já começaram os primeiros movimentos, a fim de flexibilizar este requisito e acomodar o terrorismo e sua oposição dentro das convenções de guerra.
- ***causa justa:*** São Tomas de Aquino dizia que a guerra defensiva era sempre justa, porém a ofensiva somente o seria, caso fosse contra um oponente que a merecesse por haver cometido uma falta. Os escolásticos¹ visualizam três situações em que pode ocorrer essa falta ou restabelecimento do direito: Castigar uma ofensa; recuperar um território injustamente invadido; e repelir uma agressão.
- ***esgotamento de outras alternativas:*** É voz corrente nos dias de hoje que a guerra como meio de dirimir situações “conflitivas” entre nações atenta frontalmente contra a dignidade do Homem, porque o rebaixa ao nível das

¹ Pessoas pertencentes à Escolástica, ou seja, conjunto de doutrinas teológico-filosóficas dominantes na Idade Média, dos séculos IX ao XVII, caracterizadas sobretudo pelo problema da relação entre a fé e a razão, problema que se resolve pela dependência do pensamento filosófico, representado pela filosofia greco-romana e teologia cristã. Desenvolveram-se na escolástica inúmeros sistemas que se definem, do ponto de vista estritamente filosófico, pela posição adotada quanto ao problema dos universais, e dos quais se destacam os sistemas de Santo Anselmo (anselmiano), de São Tomás (tomismo) e de Guilherme de Ockham (ockhamismo).

feras e nega a sua racionalidade. A moderação e o uso da inteligência deveria ser a forma usual de comportamento nestes casos.

- ***razoável probabilidade de sucesso:*** Pela sua índole, o resultado de uma guerra é sempre duvidoso, ainda que cada parte julgue que detenha todas as possibilidades da vitória. O único sucesso é a paz, e a única base segura para a paz é a justiça; este é o coro geral. Não pode ser esquecido, e a mídia globalizando a indignação nos dias atuais não permite fazê-lo, que a principal função da guerra é fazer as pessoas preferirem mais do que nunca a paz.
- ***maior bem previsto do que mal:*** Somente o bem comum legitima uma guerra. São Tomaz de Aquino afirmava que o importante é promover o bem e evitar o mal. Santo Agostinho, por sua vez, aludia que as guerras não devem ser feitas por cobiça ou crueldade, senão com a intenção de castigar os maus e auxiliar os bons.

Como fixar os limites dentro dos quais deve ser mantida uma guerra de forma que ela prossiga sendo legítima? O conceito de “*jus in bello*” ou conduta em uma guerra justa é balizado por dois critérios restritivos do uso da força:

- ***discriminação*** – proíbe a deliberada e indiscriminada matança de pessoas inocentes. Este critério exige que a força a ser aplicada deve poder discriminar entre combatentes e não-combatentes. As guerras contemporâneas regulares, à semelhança das irregulares, têm obscurecido esta distinção, principalmente quando inocentes situam-se próximos a alvos militares compensatórios; em contraposição, a precisão e a sofisticação dos sistemas de armas, principalmente dos países do primeiro mundo, têm permitido, tão somente, a

destruição seletiva ou “cirúrgica” de alvos, em uma guerra que vem sendo chamada de “war games”.²

São Tomaz de Aquino, fundamentando esse conceito (*jus in bello*), desenvolveu o *princípio da consequência dupla*, no qual reconhece que alguns atos possuem dois efeitos: um direto e intencional, e outro indireto e não-intencional; um moral e permissível, e outro imoral e condenável. Segundo aquele teólogo, qualquer ato é moralmente aceitável desde que:

- seja uma ação legítima da guerra;
- o seu efeito direto e intencional seja moralmente aceitável;
- o seu efeito indireto, e possivelmente imoral, seja de fato não-intencional, tenha extensão reduzida e não contribua para o cumprimento do efeito direto e intencional; e
- os prejuízos e, portanto, o mal advindo do efeito secundário e não-intencional deve ser proporcional ao bem esperado do efeito primário e intencional.

▪ **proporcionalidade** - Os prejuízos causados com o uso da força devem ser proporcionais aos objetivos ou vantagens auferidas. A aplicação deste princípio em um cenário específico exige a análise das seguintes questões:

- a importância dos objetivos militares;
- a extensão e o controle dos danos;
- os valores em questão; e
- a magnitude dos riscos envolvidos

Não existe uma proporcionalidade aceita universalmente. Além disto, é muito difícil alinhar antecipadamente todas as circunstâncias relevantes envolvidas na sua determinação. A proporcionalidade deve ser avaliada caso a caso, considerando a

² Guerras contemporâneas cujos ataques precisos a alvos pré-selecionados permitem, em princípio, um controle mais efetivo do número de baixas, principalmente, de não-combatentes.

situação existente e o tempo requerido para a tomada de decisão. No caso do combate à guerra irregular, muito em voga atualmente, a avaliação da proporcionalidade do uso da força se torna ainda mais crítica.

ANEXO B

BIBLIOGRAFIA

1. ALBRIGHT, Madeleine. America's Global Role. Foreign Affairs, New York, v.77, n.6, p.50-64, Nov./Dec. 1998.
2. ASTROTEMPLE. Global Ethic. Texto obtido no endereço http://astro.temple.edu/~dialogue/lbs_an.htm no dia 27 mar. 2001.
3. ÁVILA, Fernando Bastos de. Ética e Sociedade. Carta Mensal, Rio de Janeiro, v.35, n.417, p.53-59, dez. 1989.
4. BARBENBUS, Jack N. Ethics, Nuclear Deterrence & War. New York: Professors World Peace Academy, 1992.
5. BLACKBURN, Robin. Depois da Queda: O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
6. BOFF, Leonardo. Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos. Brasília: Letraviva Editorial, 2000.
7. BOLOGNINO, Franco. Ética y Política. Texto obtido no endereço <http://www.monografias.com/trabajos/eticaypolitica/eticaypolitica.shtml> no dia 9 abr. 2001.
8. BOUTHOU, Gaston, CARRÈRE, René. O Desafio da Guerra: Dois séculos de guerra 1740-1974. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.
9. BOWMAN, Robert M. A Call to Prophecy: Tell People the Truth about Terrorism. Texto obtido no endereço <http://www.bowman2000.org/ssn/prophecy.htm> no dia 28 mar. 2001.
10. BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. 4 ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 1999.
11. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215. Guia para elaboração de ensaios e monografias. Rio de Janeiro, 1998.
12. _____. FI-219 A. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.
13. BRASIL. Escola Superior de Guerra. Subsídios para Estudos dos Fundamentos Doutrinários. Rio de Janeiro, ESG, 1997.
14. BROYDE, Michael J. Fighting the War and Peace: Battlefield Ethics, Peace Talks, Treaties, and Pacifism in the Jewish Tradition. Texto obtido no endereço <http://www.jlaw.com/Articles/> no dia 22 fev. 2001.

15. CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 1995.
16. CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. vol.3, Fim de Milênio. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
17. CHANGEUX, Jean-Pierre. Uma Ética para Quantos ? . Bauru, SP. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
18. CHAVES, Omar Emir. A Ética e a Geopolítica: Perspectivas. Carta Mensal, Rio de Janeiro, v.37, n.443, p.13-20, fev.1992.
19. CITING FACT MONSTER. Pacifism. Texto obtido no endereço [http:// Kids. Info please.lycos.com/ce6/society/A0837244.html](http://Kids.Info please.lycos.com/ce6/society/A0837244.html) no dia 21 mar. 2001.
20. COLOMBO, Jorge Luis. La Etica em las Relaciones Internacionales. Revista Naval, Montevideo, v.5, n.13, p.75-82, jul.1992.
21. DELMAS, Philippe. O Belo Futuro da Guerra. São Paulo: Editora Record, 1996.
22. DUARTE, Lilian Cristina Burlamaqui. War crimes. Brutality, Genocide, Terror and the Struggle for Justice. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p. 469-478, jul./dez.1999.
23. ENZENSBERGER, Hans Magnus. Guerra Civil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
24. EUA. Moral Obligation and Military: Collected Essays. Washington: National Defense University Press, 1988.
25. FINNIS, John, BOYLE, Joseph, GRISEZ, Germain. Nuclear Deterrence, Morality and Realism. Oxford: Oxford University Press, 1989.
26. FRANKENA, William K. Curso Moderno de Filosofia: Ética. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
27. FREEDMAN, Lawrence. War. Oxford. Oxford University Press, 1994.
28. GEBHARDT, Gunther. Towards a Global Ethic. Texto obtido no endereço [http:// www.findarticles.com/cf_1/m2065/4_52/68864485/print.jhtml](http://www.findarticles.com/cf_1/m2065/4_52/68864485/print.jhtml) no dia 27 mar. 2001.
29. GEISLER, Norman L., FEINBERG, Paul D. Introdução à Filosofia: uma perspectiva cristã. São Paulo: Edições Vida Nova, 1996.
30. GEOCITIES. The Ethical Implications of Human Nature. Texto obtido no endereço http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/4388/ethics_and_sociobiology.html no dia 6 abr. 2001.

31. GEORGE, William P. A Global Ethic for Global Politics and Economics. Texto obtido no endereço http://www.findarticles.com/cf_1/m1058/n26_v115/21236100/print.jhtml no dia 27 mar. 2001.
32. GOLDIM, Jose Roberto. Ética. Texto obtido no endereço <http://www.ufrgs.br/HCPA/gppg/etica.htm> no dia 10 abr. 2001.
33. _____. Utilitarismo. Texto obtido no endereço <http://www.ufrgs.br/HCPA/gppg/utilitar.htm> no dia 10 abr. 2001.
34. HOBBSAWN, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.
35. _____. O Novo Século. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.
36. INICIAÇÃO À FILOSOFIA. A questão dos valores. Texto obtido no endereço <http://www.madinfo.pt/filosofia/valor/homem/homem.html> no dia 10 abr. 2001.
37. JOHNSON, James Turner. Morality and Contemporary Warfare. Yale: Yale University Press, 2001.
38. JOLIVET, Régis. Curso de Filosofia. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968.
39. KAPLAN, Robert D. À beira da anarquia: Destruindo os sonhos da era pós-guerra fria. São Paulo: Editora Futura, 2000.
40. LIVINGSTONE, Neil C., ARNOLD, Terrel E. Contra-Ataque para vencer a Guerra contra o Terrorismo. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1986.
41. MARTINS, Ivens Gandra da Silva. A Era das Contradições. São Paulo: Editora Futura, 2000.
42. MILLER, Richard B. War in the Twentieth Century: Sources in the Theological Ethics. Kentucky: John Knox Press, 1992.
43. MYERS, Robert J. Ética em Questões Internacionais. Dialogue, Virginia, v.24, n.3, p. 3-6, 1991.
44. NEW MEDIA FOUNDATION. An Anarchist's Punk Ethic. Texto obtido no endereço <http://goatee.net/anarchists/punk-ethic.html> no dia 27 mar. 2001.
45. OLIVEIRA, Manfredo A. de. Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
46. PEDREIRA, Fernando. Summa cum laude: um ensaio sobre o sentido do século. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999.
47. QUIJADA, Victor H. Larenas. Reflexiones sobre la Guerra Justa. Revista de Marina, Chile, v.110, n.815, p.372-382, jul./ago.1993.

48. RAMOS, Ariovaldo. A ética na formação Pastoral. Texto obtido no endereço <http://www.bibliaworld.net> no dia 8 abr. 2001.
49. RELIGION-ONLINE. Utilitarian Christianity. Texto obtido no endereço <http://www.religion-online.org/cgi-bin/researchd.dll?action=showitem&id=404> no dia 28 mar. 2001.
50. ROCHA, Alexandre S. da Rocha. O Problema Ético nas Sociedades Plurais e Alguns Equívocos. Military Review: Ed. Brasileira, p. 59-79, 1º trim. 1999.
51. ROJAS, Enrique. O Homem Moderno: A luta contra o vazio. São Paulo: Editora Mandarim, 1996.
52. RONDELLI, Elisabeth. Mídia e Violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.141-160, set./dez.1997.
53. ROUBICZEK, Paul. Ethical Values in the Age of Science. London: Cambridge University Press, 1969.
54. SALES, Marco Antonio do. A Relevância Ética de Bérqson para o Novo Milênio. Texto obtido no endereço <http://www.existencialismo.org.br/jornalexistencial/marcorelevancia.htm> no dia 10 abr. 2001.
55. SHULSTAD, Raymond A. Peace is my profession: A soldier's view of the moral dimension of USA nuclear policy. Washington: National Defense University Press, 1986.
56. SOLZHENITSZN, Aleksander. Peace and Violence. New York Times, New York, 15 Set. 1973, p.27M.
57. STACKHOUSE, Max L. Torture, Terrorism and Theology: The need for a Universal Ethic. Texto obtido no endereço <http://www.religion-online.org/cgi-bin/researchd.dll?action=showitem&id=120> no dia 28 mar. 2001.
58. STAMPS, Donald C. Bíblia de Estudo Pentecostal. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1995.
59. THE FIRST ABC CHURCH ON INTERNET. 7th Sermonette: On god, Government, Infamy, Treason, and Sovereignty under god; Nuclear strike and New plan for defense. Texto obtido no endereço <http://gods-open-door.org/FristABCC/seventh.html> no dia 28 mar. 2001.
60. THE PHILOSOPHERS` MAGASINE ON THE INTERNET. Defending Consumerist Ethics. Texto obtido no endereço http://www.philosophers.co.uk/current/Singer_ethics.htm no dia 6 abr. 2001.
61. UCDAVIS. Terrorism. Texto obtido no endereço <http://ps.ucdavis.edu/classes/ire001/sec/terror.html> no dia 27 mar. 2001.

62. VÁSQUES, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 2000.
63. WAR IN THEORY. Parte I – Teoria geral. Texto obtido no endereço <http://www.virose.pt/ml/teoriag.html> no dia 9 abr. 2001.
64. WAYE, Andréa. Ethics of War. Texto obtido no endereço <http://www.netspace.org/herald/issues/030896/lecture.f.html> no dia 22 fev. 2001.
65. ZACHARIAS, Ravi. Pode o Homem viver sem Deus? São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1997.

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca



00213780005592

AUT A Ética na guerra do século

TITUL 10-B-79

Devolver em

Nome do Leitor

25 MAR 2003

*8 MA 2004

[Handwritten signature]
R615
[Handwritten signature]
Cap ANG OLIVEIRA